



1290000998



TCC/UNICAMP N414d

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANIZAÇÃO
ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

CEDOC/IE

Orientador: Ulysses Cidade Semeghini

Aluno: João Luiz Simões Neves

Relatório final de Monografia

CEDOC/IE

ÍNDICE

CAPÍTULO I - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PAULISTA	3
CAPÍTULO II- DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA	14
CAPÍTULO III- A "PERSONALIDADE" DO MUNICÍPIO	68
APÊNDICE ESTATÍSTICO	83
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA	115

De uma forma geral, procuramos analisar a trajetória recente da economia e da população do município, as suas relações com Campinas e região e as suas especificidades, que o diferenciam dos demais municípios da região.

Em função dessa análise, introduzimos sugestões que discutem a participação do município na problemática regional, os desequilíbrios gerados pela conformação de um centro industrial denominado de "Grande Campinas" e o papel do município na solução desses problemas.

O presente trabalho se insere no contexto de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Grupo de Economia Regional e Urbana do Instituto de Economia da UNICAMP.

Essa pesquisa visa avaliar o impacto do processo de interiorização do desenvolvimento, em particular da indústria, sobre uma série de municípios selecionados do estado de São Paulo, no período 1960 a 1985.

A presente obra estuda o caso do município de Paulínia, escolhido pelo seu importante polo petroquímico e pelo seu papel na Grande Campinas.

O trabalho se divide em três partes principais:

- a) interiorização do desenvolvimento industrial paulista; que tem a finalidade de esclarecer como se insere o processo de industrialização do município de Paulínia no processo geral de industrialização do interior paulista e da região de Campinas.
- b) diagnóstico do município de Paulínia - Vários aspectos; onde é feita uma análise dos processos econômicos, demográficos e sociais em Paulínia, enfocando principalmente o período 1960-1985.
- c) a "personalidade" do município de Paulínia; onde são desenvolvidas questões referentes ao desenvolvimento urbano da cidade, o papel da administração pública e a participação do município no contexto de sua região.

De uma forma geral, procuramos analisar a trajetória recente da economia e da população do município, as suas relações com Campinas e região e as suas especificidades, que o diferenciam dos demais municípios da região.

Em função dessa análise, introduzimos sugestões que discutem a participação do município na problemática regional, os desequilíbrios gerados pela conformação de um centro industrial denominado de "Grande Campinas" e o papel do município na solução desses problemas.

CAPÍTULO I

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PAULISTA

I.1. Interior Paulista: Traços Gerais do Desenvolvimento Recente ⁽¹⁾

A concentração do intenso bloco de investimentos do Plano de Metas no Estado de São Paulo, permitiu que esse estado atingisse, em 1956, 52% do VTI nacional, passando para 55,6% em 1959 e atingindo em 1970, 58,2% do VTI nacional.

Do ponto de vista espacial, entre 1959 e 1970, essa expansão industrial se concentrou sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo, que tem ampliada sua participação no produto industrial do estado de 73,8% para 74,7% nesse período.

O interior do Estado, apesar de ter perdido peso relativo em relação à região metropolitana, também promove uma determinada concentração industrial, modernizando e diversificando sua estrutura produtiva.

Em 1959 o interior respondia por 14,6% do VTI do país, estando abaixo apenas do Estado do Rio de Janeiro. Seus principais ramos e suas participações em relação ao total do estado e do Brasil, respectivamente, são os seguintes: têxtil (34,3% e 19,6%), alimentos (61,4% e 25,0%), química (42,9% e 27,8%), minerais não metálicos (37,7% e 19,0%) e mecânica (25,1% e 19,7%).

Estes dados mostram que em 1959 no interior paulista já se desenvolvera uma base industrial importante.

(1) Esse item foi elaborado com base nos seguintes trabalhos: NEGRI, Barjas e CANC, Wilson. A interiorização da Indústria Paulista nos anos 70. 1987. NEGRI, Barjas; TARTAGLIA, José Carlos e CANC, Wilson (Consultores). Características gerais do Processo Urbano Paulista. 1987.

Ao longo da década de 1960, o interior eleva ligeiramente a sua participação no produto total industrial nacional, passando de 14,6% para 14,7% em 1970. Nesse ano, em relação ao estado, a sua participação no total do produto industrial era de 25,3%.

No que diz respeito aos grupos de indústria, nesse último ano, o interior era responsável por 33% do VTI das indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável do estado, por 26,4% das indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários e por 13,4% das indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável.

Seus principais ramos em 1970, e sua participação no total do produto industrial do estado e do país, eram, respectivamente: alimentos (61,4% e 26,4%), química (34,3% e 18,3%), minerais não metálicos (34,9% e 17,4%), têxtil (31,3% e 19,3%), vestuário, calçados e artefatos de tecido (26,2% e 14,9%) e o da mecânica (20,6% e 14,1%).

Na década de 70 o governo Federal passou a incentivar a descentralização industrial, o que faz com que o estado de São Paulo tivesse a sua participação relativa no total da indústria nacional reduzida.

Entretanto, devido às próprias exigências da dinâmica econômica, realizaram-se pesados investimentos nesse estado, principalmente no seu interior. Dentre esses investimentos podemos citar:

- implantação de duas refinarias de petróleo da Petrobrás, nas regiões de Campinas e São José dos Campos.
- implantação do Programa Nacional do Alcool (PRCALCCCL) principalmente nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Bauru.

- consolidação dos parques petroquímicos e siderúrgicos de Cubatão.
- implantação do complexo aeronáutico para fins civis e militares e da indústria de material bélico no Vale do Paraíba.
- a concentração de pesquisas e de empresas estatais no setor de telecomunicações e de microeletrônica em Campinas.

Ainda em termos de descentralização industrial, o Governo Estadual também teve importante participação nesse processo, com grandes investimentos, construção e ampliação de modernas rodovias (Castelo Branco, Imigrantes, Bandeirantes, etc.), e também recuperação da malha viária secundária.

Além disso, podemos considerar mais dois importantes elementos nesse processo:

- modernização e expansão da agricultura paulista, com fortes impactos sobre a agroindústria e as indústrias fornecedoras de insumos e de bens de capital para esse setor.
- aumento dos custos de aglomeração e de desperdício de tempo na área metropolitana, que, juntamente com o fortalecimento da organização sindical e restrições de ordem ambiental constituíram-se em fatores incentivadores da descentralização industrial.

O interior paulista foi bastante favorecido com a política de incentivo às exportações do Governo Federal, que estimulou o desenvolvimento da indústria de componentes eletrônicos, máquinas, sucos cítricos, açúcar e álcool nas regiões de Campinas e Ribeir-

rão Preto, a de calçados e o complexo agroindustrial da soja na região de Ribeirão Preto, as indústrias químicas, têxteis e de componentes eletrônicos, na região de Campinas, a indústria de equipamentos bélicos no Vale do Paraíba e a indústria de alimentos em diversas regiões.

Nos anos 70 o Estado de São Paulo perdeu peso relativo na indústria nacional, passando de 58,2% do VTI nacional em 1970 para 53,4% em 1980, assim como o município de São Paulo perdeu peso relativo para a indústria do interior, tendo o interior passado de 25,3% do VTI estadual para 37,1% nesse período. De outra forma, nesse mesmo período, o interior se tornou a 2ª maior concentração industrial do país, atrás apenas da região metropolitana, aumentando sua participação de 14,7% em 1970 para 19,8% do total nacional em 1980.

Em 1980 o interior passa a ter a seguinte participação no VTI do estado - indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável - 40,2%; indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários - 42,8% e indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável - 28,2%.

Do ponto de vista da agricultura, o interior acelerou o seu processo de modernização a partir de 1960, com a maior aplicação de insumos químicos, aumento do uso de força mecânica, além da melhoria dos insumos biológicos, com a utilização de novas variedades de plantas e raças de animais.

A partir da década de 1970 intensifica-se o fluxo de capitais intersetoriais, isto é, entre a agricultura, a indústria e a agroindústria.

Dessa forma, a agricultura passou a ser dominada por setores industriais de caráter oligopólico, com o surgimento de "indústrias para a agricultura" (fornecedora de bens de produção e insumos) e a "indústria da agricultura" (processadora de matérias-primas agrícolas).

A agricultura paulista avançou sua integração ao mercado internacional, com a diversificação da pauta de exportações e a implementação de medidas que aumentaram o poder de competição dos produtos nacionais (programas para a cana-de-açúcar, café e laranja, que incentivaram a pesquisa, a padronização da produção, a geração de variedades diversas de uma mesma cultura, a melhoria de técnicas de comercialização, etc.).

Nesse processo de modernização, a agricultura paulista diversificou suas culturas e ampliou as áreas com lavouras e pastagens.

No período 1969/71, a área cultivada do estado atingiu 22,0% do território paulista, com 5,5 milhões de hectares. Dentro dessa área, se destacaram o café, a cana-de-açúcar, a laranja, o algodão, a soja e outros, que alimentaram importantes agroindústrias do estado, com as lavouras de "alimentos simples" sendo deslocados para outros estados brasileiros.

Nas safras de 1979/81 e 1983/84 a área cultivada com lavouras aumentou para 6,2 milhões de hectares, o equivalente a 24,7% da área do estado, com a cana-de-açúcar tornando-se a mais importante cultura da lavoura paulista.

Seguindo a tendência geral do estado de São Paulo e de outras regiões brasileiras nas últimas décadas, o interior paulista também promoveu um intenso processo de concentração da popula

ção urbana.

O próprio processo de interiorização da indústria, além de absorver e concentrar grande quantidade de mão-de-obra nos centros urbanos, impõe novos requisitos ao terciário: são necessárias novas formas de comercialização, de financiamento, ao mesmo tempo que se ampliam as necessidades de transporte, armazenagem, comunicações, administração pública, etc.

A subordinação da agricultura à acumulação industrial, com a conseqüente tecnificação e quimificação da produção, significou a urbanização crescente da mão-de-obra rural.

Nesse contexto, o interior paulista, nas últimas décadas, passou a presenciar a conformação de uma estrutura urbana cada vez mais complexa.

As cidades médias assumiram nova magnitude dentro do sistema de cidades do estado, e presenciaram a generalização das formas de reprodução da vida urbana que caracteriza às sociedades de massa, reproduzindo, de certa forma, os mesmos problemas urbanos existentes na metrópole. Dessa maneira, formou-se em várias cidades do interior paulista uma "periferia urbana" pobre e desparelhada, onde se instala a população urbana de baixa renda.

As cidades com mais de 20 mil habitantes responderam por 87,6% do incremento da população do estado entre 1970 e 1980. Simultaneamente, o número de cidades com mais de 100.000 habitantes atingiu 30 em 1980. Esboça-se, assim, um processo de crescente concentração da população urbana e total em um número significativo de grandes e médias cidades, que constituem a rede básica do estado; as cidades com mais de 20.000 habitantes congregavam, no último ano censitário, 71% da população paulista, sendo que as

restantes 441 cidades respondiam por 9% da população do estado. Da mesma forma, os 34 municípios mais populosos respondiam em 1980 por 65% da população total.

Entretanto, o crescimento urbano das cidades interiores não se processaram de forma homogênea por todo o estado, mas foi diferenciado pelas próprias dinâmicas regionais internas.

Nas regiões de agricultura mais moderna e com uma rede urbana historicamente mais desenvolvida, a população expulsa do campo transformou-se em "bóia-fria" ou pode encontrar oportunidades de trabalho nas cidades. Nessas regiões, o esvaziamento do campo não foi contrapartida necessária do desemprego rural, mas em boa parte significou a "urbanização" do trabalhador rural.

Diante desse quadro, surgiram conurbações nos municípios do Litoral, do Vale do Paraíba, em Campinas, e em menor escala, em Ribeirão Preto e Sorocaba.

Nas regiões do Oeste, o mercado de trabalho urbano não tinha dinamismo suficiente para absorver o trabalhador expulso do campo, enquanto o avanço das pastagens deu origem efetivamente ao esvaziamento rural. Não só a população rural foi forçada a migrar, como também perdeu dinamismo a atividade urbana que dava suporte à existência de uma população rural.

1.2. A Importância da Região de Campinas⁽²⁾

A cidade de Campinas historicamente foi palco das principais transformações que envolveram o complexo cafeeiro capitalista do estado, tendo dela, por exemplo, partido as duas principais ferrovias do café - a Cia. Mogiana e a Cia. Paulista.

O café permitiu uma grande disseminação da economia mercantil e da divisão social do trabalho, o surgimento de pequenas e médias propriedades, cuja produção diversificada era voltada para o mercado urbano e rural, levando, mais tarde, à formação de "núcleos coloniais", que mais recentemente, seriam novos municípios (Americana, Sumaré, etc.).

Com a crise cafeeira, a região transforma-se em um dos maiores produtores algodoeiros.

Nas décadas de 30 e 40 as atividades urbanas e industriais iriam se firmar como as mais importantes do município de Campinas. A industrialização se desenvolveu, inicialmente, apoiada na base anteriormente implantada, deslocando-se no começo dos anos 40 grandes estabelecimentos agroprocessadores. A partir dessa década, a cidade passa a se constituir no segundo núcleo manufatureiro do estado.

Desde o início, Campinas se engajou no processo de industrialização pesada, mais especificamente no bloco de investimentos do Plano de Metas. Seu peso no valor da produção industrial do estado se mantém praticamente o mesmo entre 1950 e 1960, passando de 9,1% para 8,9% no período.

A partir da década de 50 se implantaram na cidade estabelecimentos da indústria metal/mecânica, química, de papel, pape-

(2) Esse item foi elaborado com base no seguinte trabalho: GONÇALVES, Maria Flora e SEMEGHINI, Ulysses Cidade. Campinas: Segunda Metrópole Paulista? (mimeo), 1987.

lão, borracha, etc. (Bosch, Clarck, GE, Dunlop, B.F. Goodrich, Merck e Sharp, Ashland, Chicago Bridge, Rigesa, Wabco, Bendix, etc.).

A partir do início da década de 70 a concentração industrial se intensificou, vindo para a região importantes indústrias de autopeças e componentes para a produção automobilística, uma fábrica da Mercedes-Benz, indústrias mecânicas e de material elétrico e de borracha; assim como a instalação de um polo petroquímico em Paulínia; estando nos anos recentes se formando na região um polo de alta tecnologia (informática, micro-eletrônica, química fina, telecomunicações).

Depois de 1960, a economia da região passou por um processo de estruturação de um segmento industrial agro-processador, como também ocorreu a mecanização e a quimificação da agricultura. A região possui a agricultura mais capitalizada, com o maior número de tratores por hectare e a maior relação VPA/ha. de área total utilizada no estado.

O setor terciário enfrenta, a partir de 1960, um ritmo muito forte de mudanças, derivado da diversificação e da ampliação da pauta do consumo; assim como das novas exigências que são colocadas no que se refere à comercialização, transportes e comunicações, intermediação financeira e serviços diversos de apoio à produção. Há uma tendência de configuração de grandes cadeias de lojas e supermercados, conglomerados bancários, grandes empresas de serviços, etc.

A década de 70 significou a formação de um aglomerado urbano em torno da cidade de Campinas, compreendendo principalmente os municípios de Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Paulínia, In-

daiatuba e Nova Odessa. Esse aglomerado constitui hoje a maior concentração populacional, industrial e de serviços do estado, depois da Grande São Paulo.

Nas últimas décadas a região foi ponto de atração de importante fluxo migratório, superando a 300 mil pessoas, sendo esse fluxo migratório significativo componente do crescimento populacional da região. Dessa forma, em 1980, Campinas contava com cerca de 600 mil habitantes, Sumaré tinha 100 mil, e Valinhos e Indaiatuba, cerca de 50 mil. A cidade de Jundiaí tinha 220 mil, Americana 120 mil, Santa Bárbara 71 mil, Mogi Guaçu 65 mil, Limeira 140 mil, Piracicaba tinha 200 mil e Rio Claro 100 mil.

Essas cidades próximas à Campinas não se desenvolveram como cidades "dormitório", "satélites" do polo mais desenvolvido, com pouca expressão econômica. Pelo contrário, conseguiram desenvolver uma personalidade industrial bastante característica.

O processo de conurbação, juntamente com a implantação de grandes estabelecimentos do setor de comércio e serviços (Makro, Carrefour, Eldorado, Uemura, etc.) ao longo dos espaços intermunicipais integrou estreitamente as economias dos diversos municípios, estimulando fortemente os fluxos pessoais e produtivos entre eles.

O processo de ocupação do solo urbano tem se caracterizado por seu caráter desordenado e fortemente especulativo, de elevados e crescentes custos sociais.

A presença da indústria foi um primeiro agravante da especulação imobiliária. Ao se localizar distante dos núcleos urbanizados, promoveu a implantação dos loteamentos nos espaços intermediários, com a manutenção de extensas glebas vazias à es-

pera de valorização. O poder público, ao providenciar a infraestrutura nessa área, avalisou a valorização especulativa do capital imobiliário.

A partir da metade da década de 60, a COHAB, em busca de terras mais baratas, veio reforçar a ocupação das terras periféricas.

A dramática situação do crescimento populacional da região, principalmente devido à imigração, pode ser assim ilustrado: em 1970, Campinas tinha menos de 1% de favelas numa população de 335 mil habitantes; em 1980, as favelas perfaziam 10% de um total de 600 mil habitantes.

Historicamente, duas razões sempre destacaram o município de Campinas dos demais do Estado de São Paulo:

- o grau relativamente mais avançado de diversificação de sua base produtiva, tanto na agricultura quanto nas atividades urbanas, gerando-se assim uma estrutura diferenciada e integrada da divisão social do trabalho, um processo mais intenso de disseminação das relações mercantis de produção, e uma potente dinâmica econômica inter-setorial e inter-regional.
- a função de centralidade que o município precocemente desenvolveu sobre uma ampla e rica região do estado.

Dessa forma, a cidade pode sempre se colocar como uma "interface entre a capital e o interior, no processo de desenvolvimento econômico.

O próximo item procurará mostrar como se enquadra a cidade de Paulínia dentro da dinâmica regional descrita.

CAPÍTULO II

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Introdução

A gleba de terras situada na região da Fazenda do Funil, assim denominada porque ali afunilavam os vales dos rios Atibaia e Jaguari, foi desmembrado de antigas sesmarias do início do século passado.

O lugar posteriormente passou a se chamar Fazenda "São Bento", que teve como primeiro proprietário o Comendador Francisco de Paula Camargo.

Com a instalação na região da Estrada de Ferro "Companhia Carril Agrícola Funilense", inaugurada em 15 de setembro de 1899, e que tinha a função de permitir o escoamento da produção de café da região rural da Velha Campinas; uma de suas estações, construídas em 1906 nas proximidades da Fazenda São Bento, recebeu o nome de estação "José Paulino".

Anos mais tarde, precisamente em 30 de novembro de 1944, a vila originada no entorno da estação "José Paulino" foi elevada a distrito de Campinas; até que o Governo Federal resolveu retirar os nomes de pessoas de várias localidades, passando o distrito a se denominar Paulínia, e se emancipando em 28 de fevereiro de 1964.

A iniciativa do movimento de emancipação do distrito de Paulínia partiu do Sr. José Lozano de Araújo. Em plebiscito realizado no dia 01 de dezembro de 1963, a população do distrito de Paulínia

aprovou por 376 votos contra 46, a sua emancipação, conforme relata artigo do jornal "Correio Popular", do município de Campinas, publicado em 03 de dezembro de 1963:

"Por maioria esmagadora Paulínia manifestou-se pela sua autonomia.

Aproveitando os direitos que lhe facultaram a Lei Quinquenal, a qual estabelece, de 5 em 5 anos, novas modificações administrativas e judiciárias no Estado de São Paulo, a maioria dos eleitores de Paulínia pugnou pela elevação desse distrito de Campinas a município. Apresentando as características exigidas pela emancipação, inclusive uma receita normal tributária de pouco menos de sete milhões de cruzeiros anuais, tal pretensão obteve acolhida na Assembléia Legislativa.

Porisso, anteontem, domingo último, ali, como em outros distritos com igual reivindicação atendida, espalhados pelo território paulista, por sinal alguns da capital, realizou-se o plebiscito para a decisão final da vontade de seu povo ...

... Instalação do Município levaria algum tempo. Pela lei orgânica, as eleições nos novos municípios, para a devida instalação, somente se verificarão na oportunidade de outro próximo pleito, que, na hipótese, seria em 1965.

Todavia, tramita pelo Palácio 9 de Julho uma proposição de autoria da Deputada Conceição da Costa Neves, para que seja marcada uma data especial para o pleito nesses novos municípios, iniciativa que dependerá de liberação do plenário.

Dessa forma, segundo se conclui, não será a partir de janeiro de 1964 a efetivação da autonomia municipal de Paulínia, e sim quando o assunto se resolver ..."

A citada efetivação da autonomia do município de Paulínia ocorre em 21 de março de 1965, quando toma posse o primeiro

prefeito do município, Sr. José Lozano de Araújo.

Não há indícios evidentes de que a emancipação do município de Paulínia esteja diretamente ligado à instalação da Refinaria do Planalto em seu território.

O movimento se justifica mais pelas condições próprias do então distrito, que permitiam a sua emancipação, e pelo trabalho político de seus moradores, liderados pelo Sr. José Lozano de Araújo, além de seguir o movimento de emancipação de outros municípios da região de Campinas.

Entretanto, na época da emancipação do município de Paulínia, já havia uma discussão sobre a instalação de mais uma refinaria da Petrobrás no município de Campinas, como podemos verificar no seguinte artigo do jornal "Correio Popular", publicado em 01 de dezembro de 1963:

"Telegrama ao General Rego Monteiro, Partidário da Refinaria em Campinas"

Em sua edição de terça-feira última, o "Correio Popular", estampou declarações feitas pelo General Rego Monteiro, ao assumir a chefia da construção do "Terminal Marítimo Almirante Barroso" no porto de São Sebastião. Nessa ocasião o militar, que é um dos altos dirigentes da Petrobrás, referiu-se em termos definitivos à refinaria de Petróleo em Campinas".

Em telegrama enviado ao General Rego Monteiro, inserido no mesmo artigo, a Prefeitura Municipal se manifesta a este respeito:

"... Tenho a honra de informar V.Excia. acerca do inteiro jubilo com que a população campineira recebeu as declarações do ilustre militar e homem público a respeito da construção de uma refinaria da Petrobrás em área do nosso município, 56 deputados estaduais e a

unanimidade da Câmara de Vereadores apoiam a iniciativa e já oficiaram a iniciativa ao Excelentíssimo Presidente João Goulart e outras autoridades federais..."

Realmente, após a Revolução de 1964, nas capitais e alguns municípios que o Governo considerava estratégicos, para garantir o controle sobre esses municípios, o Governo Militar os declarou Áreas de Segurança Nacional.

Seria mais fácil para o Governo instalar a refinaria em um município autônomo e pequeno, e declará-lo área de segurança nacional; do que instalá-la no município de Campinas, e intervir diretamente na Prefeitura de Campinas.

Entretanto, no material disponível sobre a emancipação do município de Paulínia; não foi encontrado nada que indicasse uma atitude clara e objetiva do Governo no sentido de emancipar Paulínia, já pensando na instalação nesse município de uma futura Refinaria.

Os planos da Refinaria, à época da emancipação de Paulínia, não estavam devidamente amadurecidos, de tal forma que justificassem uma atitude concreta e pensada no sentido de promover a emancipação do município.

Dessa forma, a emancipação do município aparentemente partiu da iniciativa popular, não sendo possível, no âmbito deste trabalho, identificar com certeza outras causas. Para isso, seria necessária uma pesquisa mais abrangente junto a órgãos e entidades estaduais sobre aquele período.

Através do decreto-lei nº 1105, de 20 de maio de 1970, Paulínia passou a ser considerada Área de Segurança nacional devido à instalação da Refinaria do Planalto em seu território. Atra

vés desse decreto, todos os prefeitos do município passaram a ser nomeados, tendo o município readquirido o direito de escolher seus prefeitos em 1984.

A Expressão Econômica do Município

Paulínia é um município extremamente jovem, porém, com um crescimento urbano e industrial bastante significativo nas últimas décadas.

Na década de 60 sua economia ainda era baseada na agricultura, para onde estava voltada a maior parte de sua população, e onde se produziam principalmente cana, café e algodão. No ano de 1960, de um total de 5.745 habitantes, possuía apenas 911 pessoas na zona urbana, com uma taxa de urbanização de apenas 15,85%. Em 1970 sua população rural ainda era maioria, correspondendo a 7035 pessoas de um total 10.708 habitantes, sendo a taxa de urbanização de 34,30%. A partir de 1970 a situação começa a se inverter, e em 1980 a cidade alcança uma taxa de urbanização de 91,95%, com 19.085 pessoas na zona urbana, de um total de 20.755 habitantes; perfazendo nos períodos 1970/60 e 1980/70 uma taxa geométrica de crescimento da população urbana de 14,96% a.a. e 17,91% a.a. respectivamente.

No início da década de 60 as principais indústrias instaladas no município eram a Rhodia Química Ltda, a Jasper Bressler S/A, uma fabricante de tubos, cinco tecelagens e uma tinturaria e estamperia.

A Rhodia S/A começou a se instalar no município em 1942.

Com a segunda Guerra Mundial, o país começou a sofrer escassez de petróleo e álcool, produtos esses que eram requisitados pelo Governo. Devido à falta de álcool, a Rhodia adquiriu uma fazenda de 5.000 hectares, no município de Campinas (região que atualmente pertence ao município de Paulínia); com a finalida-

de de promover sua própria plantação de cana e produzir álcool.

A produção começou em 1946, e era totalmente destinada ao abastecimento das instalações da Rhodia em Santo André.

A partir de 1958 a Rhodia iniciou o processo de transferência de várias de suas unidades para o município de Paulínia, sendo a primeira a de produção de solventes; e desse ano em diante; não parou mais de expandir suas instalações no município.

Em 1967, a administração da Rhodia desativou a plantação de cana, passou a adquirir esse produto de produtores da redondeza, e passou a se dedicar inteiramente à área industrial.

A Rhodia teve importante participação em toda a história da Paulínia, de distrito a município.

Era a maior indústria do distrito, e sua arrecadação tributária foi um dos fatores que viabilizou a sua emancipação.

Posteriormente a Rhodia foi motivo de atração de outras indústrias químicas para o município, fato esse que será melhor analisado mais adiante no estudo do polo petroquímico de Paulínia.

Com a presença da Rhodia, e posteriormente a instalação da REPLAN, estavam firmadas as bases da industrialização do município, e a sua consolidação como importante polo de atração de indústrias e de migrantes.

Análise Demográfica

O município de Paulínia é um município cuja evolução demográfica tem bastante significação no Estado de São Paulo. O seu processo de urbanização, no período 1960-1980, em vários sentidos, acompanhou as características da evolução demográfica do estado, e mais, na maioria das vezes, superou as médias estatísticas demográficas dos seus municípios e regiões.

Após um crescimento negativo de sua população na década de 50 (-2,4%), nos períodos 1960/70 e 1970/80 o município de Paulínia alcançou uma taxa geométrica de crescimento populacional de 6,4% a.a. e 6,8% a.a., respectivamente, maior que a do vizinho município de Campinas (5,8% a.a. e 5,9% a.a. respectivamente), que a da região de Campinas (4,2% a.a. e 5,6% a.a. respectivamente) e que a do estado (3,3% a.a. e 3,5% a.a. respectivamente).

A população de Paulínia aumentou sua participação em relação à população do estado de São Paulo, da região de Campinas e do município de Campinas, no período de 1960 a 1980, tendo, em 1980, 0,08% da população do estado, contra 0,04% em 1960; 0,64% da população da região, contra 0,37% em 1960; e 3,1% da população do município de Campinas, contra 2,69% em 1960.

O crescimento da população do município de Paulínia seguiu as tendências do município de Campinas, que também aumentou a participação de sua população no total da região e do estado; e da região de Campinas, que aumentou a participação de sua população no total da população do estado.

A cidade atravessou um intenso processo de urbanização a partir de 1960, passando a taxa de urbanização de 15,85% nesse ano

para 34,30% em 1970 e para 91,95% em 1980, maior, nesse último ano que as mesmas taxas para a cidade de Campinas, para a região e para o estado, que foram, respectivamente, de 89,01%; 83,5% e 88,6%.

O componente migratório da população da cidade também aumentou sua participação, passando de 62,86% em 1970 para 70,0% em 1980, média maior que as da cidade de Campinas, da região e do estado, tendo a cidade, em 1980, 14.549 migrantes:

O incrível ritmo de crescimento populacional de Paulínia, que passa de 5.747 habitantes em 1960, para 10.708 habitantes em 1970 e para 20.755 habitantes em 1980, está ligado ao grande "boom" industrial que a cidade atravessou nesse período, principalmente a partir do início da década de 70, com a instalação da Refinaria do Planalto no município.

A População Economicamente Ativa

A PEA total da cidade de Paulínia teve um crescimento, no decênio 70/80, de 87% maior que a da PEA do estado e da região de Campinas, que no mesmo período tiveram um crescimento de 63,37% e 75,00%, respectivamente; porém menor que o crescimento da PEA do município de Campinas, que foi de 106% no período.

Dentro dos setores da economia, a cidade teve a sua população economicamente ativa na agricultura diminuída em 1980 para 0,59 da PEA agrícola de 1970, com um grau de redução maior que do estado, da região de Campinas e do município de Campinas, que também sofreram o mesmo processo de esvaziamento do campo, tendo, respectivamente, em 1980, uma PEA agrícola equivalente a 0,90; 0,96 e 0,79 da PEA agrícola do ano de 1970.

A PEA de Paulínia nos ramos industriais teve um crescimento menor que a da cidade de Campinas (107% contra 135% de Campinas no período 70-80), enquanto que seu VTI, como veremos mais adiante, ultrapassou ao de Campinas. Paulínia tinha um VTI correspondente a 13,8% do VTI de Campinas em 1970. No ano de 1980 seu VTI passou a corresponder a 129% do VTI de Campinas.

Esse menor crescimento da PEA da cidade de Paulínia em relação à de Campinas, e seu maior crescimento que o VTI de Campinas, vem demonstrar a alta relação capital/trabalho das indústrias que se instalaram na cidade de Paulínia na década de 70.

A comparação da PEA do município de Paulínia com o Pessoal Ocupado na Indústria de Paulínia levantada pelo Censo Industrial nos leva a uma outra conclusão importante.

A PEA de Paulínia registrava 1.767 pessoas ligadas ao setor secundário em 1970, e 3.663 pessoas em 1980. Não obstante, o Censo Industrial de 1970 constatava para o município 1.847 pessoas ocupadas na indústria, e 4.419 pessoas em 1980. Isso significa uma diferença de 80 pessoas entre o Pessoal Ocupado na Indústria e a PEA em 1970, e de 756 pessoas em 1980.

A diferença entre a PEA e o Pessoal Ocupado na Indústria levantada pelo Censo Industrial se deve ao fato de que a PEA pertence ao Censo Demográfico, e sua pesquisa é realizada junto aos domicílios. O Censo Industrial é levantado junto às indústrias. Como em 1980 o Censo Industrial constatou 756 pessoas ocupadas na indústria a mais que a PEA, com o agravante de que a PEA naturalmente teria que ser maior pois também contabilizaria os empregados que trabalham mas não são registrados, podemos concluir ser significativo o fluxo diário de operários residentes em outras cidades para as indústrias de Paulínia, fato confirmado pelo grande número de ônibus que diariamente chegam dos municípios vizinhos ao Distrito Industrial de Paulínia.

A PEA terciária da cidade de Paulínia foi a que mais cresceu na década de 70, chegando a ter um crescimento de 257% no período, bem acima da PEA agrícola e industrial, e também bem acima da PEA do mesmo setor das demais regiões comparadas: 65% para o estado, 86% para a região de Campinas e 97% para o município de Campinas.

Esse grande impulso do setor terciário do município tem maior significação em termos relativos do que absolutos. As 3.303 pessoas alocadas para esse ramo de atividade em 1980, que representam 41,28% da PEA total do município, significou um grande avanço

em relação à pequena base do setor terciário em 1970, que contava com apenas 925 pessoas que representavam 21,62% da PEA total do município.

O intenso processo de urbanização de Paulínia na década de 70, seu crescimento populacional e sua concentração industrial, exigiram o desenvolvimento de atividades complementares de apoio, como o comércio de mercadorias, a prestação de serviços, transportes, administração pública e outros. Assim, configurou-se grande avanço relativo desse setor na década.

Não obstante, a cidade de Campinas funciona como o grande polo concentrador do setor terciário da região, fazendo com que a população de Paulínia se utilize de grande parte do setor terciário dessa cidade, como os serviços médicos, compras em grandes lojas, sindicatos de trabalhadores, etc.

Para ilustrar as modificações estruturais sofridas pelo município durante a década de 70, verificamos que em 1970, o seu setor primário absorvia 37,05% da PEA total, o secundário 41,31% e o terciário apenas 21,61%. Em 1980, o setor secundário passou a frente, com 45,78% da PEA total, o terciário vem em seguida com 41,28% e o primário por último com 11,69%.

Para o estado, para a região e para a cidade de Campinas, em 1980, a PEA do setor terciário lidera a participação sobre o total da PEA. Para o município de Paulínia, a PEA do setor terciário vem atrás da PEA do setor secundário.

Expressão Industrial Atual

A cidade de Paulínia aumentou significativamente a sua participação no VP e no VTI do estado, da região e em relação ao município de Campinas, entre os anos 70/80.

Em 1970, Paulínia tinha 0,22% do VP do estado e 0,25% do VTI, 2,13% do VP regional e 2,43% do VTI, e seu VP correspondia a 12,20% do VP da cidade de Campinas e a 13,8% do seu VTI.

Em 1980, a situação se altera radicalmente. Paulínia passou a ter 2,92% do VP estadual e 2,82% do seu VTI; 19,04% do VP regional e 17,84% do seu VTI; e, mais surpreendentemente, superou o VP e o VTI do município de Campinas - seu VP passou a corresponder a 142% do VP de Campinas e a 129% do seu VTI.

Paradoxalmente, a sua indústria não absorveu mão-de-obra em ritmo tão intenso. Em 1970 ocupava 1847 funcionários e em 1980 passou a ocupar 4.419 pessoas, correspondendo a um crescimento da mão-de-obra utilizada de 139%. Como já foi dito, esta situação vem demonstrar a alta relação capital/trabalho da indústria da cidade.

No mesmo período, a indústria do município de Campinas e da região de Campinas também conquistaram espaço maior junto à indústria estadual, embora o município de Campinas tenha proporcionalmente reduzido a magnitude de sua indústria em relação à indústria da sua região.

A cidade de Paulínia tem uma indústria muito concentrada e pouco diversificada, a nível de ramos e de tamanho das empresas.

Em 1980, apenas o principal ramo de sua indústria, o químico, era responsável por 94,23% do VTI do município e por 94,49% do seu VP. Muito atrás vinham os ramos mecânicos e de produtos farmacêuticos e veterinários. O primeiro correspondia a 1,82% do VTI do município e a 0,86% do VP. O segundo correspondia a 1,68% do VTI do município e a 0,94% do seu VP.

Excluindo o ramo químico, todos os outros 13 ramos existentes no município eram responsáveis por apenas 5,77% do seu VTI e por 5,51% do seu VP.

Entretanto, em 1980, o ramo químico correspondia a 25,8% do número de estabelecimentos do município, o que vem demonstrar (o que é próprio da indústria química), que as grandes empresas são marcantes no município, e nos faz pensar no impacto que teve sobre a cidade a implantação de 15 indústrias químicas em apenas uma década.

Do ponto de vista do número de estabelecimentos, após a indústria química vinham: Produtos alimentares (12,9%), Papel e Papelão e Transformação de Produtos Minerais Não Metálicos, (9,6% cada ramo), e o mecânico (8,0%).

Em 1980 a indústria química absorvia 36,11% do total da mão-de-obra ocupada pela indústria do município, vindo em seguida as indústrias: Mecânica (20,79%), Produtos Alimentares (9,91%) e Papel e Papelão (6,26%).

Em 1980 foram acrescentadas à estrutura industrial existente no município em 1970, os ramos Mecânicos e Material Elétrico e de Comunicações. Ao longo da década de 70, os ramos de maior crescimento foram o Químico, Papel e Papelão e Produtos Alimentícios; tendo o ramo Têxtil diminuído tanto o número de

estabelecimentos quanto o número de empregados.

Mais uma vez podemos notar a característica de alta concentração a nível de ramos da indústria de Paulínia, quando a comparamos com a indústria do Município de Campinas. Enquanto que em Paulínia, um único ramo, o Químico, é responsável por 94,23% do seu VTI e por 94,49% do VP, em Campinas seu maior ramo é responsável por apenas 19,2% do seu VTI e por 15,1% do seu VP, que é o caso do ramo de Material Elétrico e de Comunicações

Dessa forma, o entendimento da concentração industrial do município de Paulínia não ocorrerá sem uma profunda análise da implantação nesse município da Indústria Química, e dentro dessa indústria, seus maiores expoentes a REPLAN e a Rhodia S/A.

A REPLAN - Refinaria do Planalto

A REPLAN é uma das dez refinarias da Petrobrás, e a 6ª a entrar em operação.

Sua origem data de 1967, quando a Petrobrás começou os primeiros estudos para a construção de uma nova Refinaria.

No primeiro semestre desse ano, a capacidade de refino existente em São Paulo já não apresentava folga apreciável, o que levou a região a tornar-se importadora no final do ano. O contínuo aumento da demanda fez esse déficit crescer, podendo, no início, as necessidades serem supridas por outras regiões do país. Todavia, essa possibilidade estaria esgotada no final de 1971, quando o Brasil passaria a importador de derivados, caso não houvesse ampliação de nossa capacidade de refino no período 1968/1971. A área de refino exigia novos investimentos.

Independente das obras de ampliação de unidades já existentes, a Petrobrás iniciou estudos no sentido de construir uma nova refinaria. Para a escolha do local foi feita uma análise profunda dos fatores determinantes da mesma: concentração do mercado, transporte do petróleo, escoamento dos derivados, disponibilidade de mão-de-obra, disponibilidade de energia elétrica, água, áreas adequadas em extensão e qualidade.

Além de grande consumo da região de São Paulo, fatores outros tais como o menor custo de transporte do óleo cru em relação ao de derivados, e a conveniência de interiorização de indústrias consumidoras de matérias-primas oriundas do petróleo fizeram com que a escolha da localização da nova refinaria recaísse

em Paulínia. A escolha dessa cidade como sede da nova refinaria foi oriunda, portanto, entre outro aspecto, da política de interiorização industrial, da sua posição geográfica central que facilitaria a distribuição dos derivados, da existência de água em abundância (rio Jaguari e rio Atibaia), da proximidade de Campinas, do fácil acesso a um mercado de trabalho organizado e à oferta de serviços e equipamentos urbanos.

Instalada a 5 km da sede do município, e a 23 km de Campinas, a refinaria ocupa uma área aproximada de 9 milhões de metros quadrados, desmembrada da antiga Fazenda São Francisco - propriedade da Rhodia - e doada à Petrobrás pela Prefeitura Municipal. É limitada em dois flancos pelos rios Jaguari e Atibaia, com uma frente de 1.321 m para rodovia SP-332, que liga Paulínia a Cosmópolis.

A implantação da Refinaria de Paulínia representou investimento da ordem de US 600 milhões (1986).

É a maior refinaria da Petrobrás em capacidade de refino, com seus 48.000 m³/dia (302.000 bpd) em operação otimizada, representando cerca de 25% da capacidade de refino instalada no país. Excepcionalmente pode operar em carga máxima de 57.000 m³/dia (340.000 bpd) nas situações críticas de suprimento de mercado.

Embora segundo um cronograma que previa sua construção em 1.000 dias, recebeu em 31.01.72 sua primeira carga de petróleo, 861 dias após a data de início das obras (terraplanagem - setembro/69).

Sua inauguração oficial deu-se a 12.05.72.

Além da média mensal de 1.200.000 m³ (7.560.000 barris) de derivados, a REPLAN movimenta cerca de 400.000 m³ de álcool

anidro e hidrato, recebidos das destilarias do interior por ferrovia e rodovia, e transferidos por oleoduto para a região da Grande São Paulo e parque de tanques de armazenamento de Guararema.

Esta refinaria abastece o mercado de uma das mais desenvolvidas regiões do país. Dotada de extraordinário potencial de crescimento econômico, essa região abrange todo o estado de São Paulo (incluindo a Grande São Paulo), o Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul e região do Distrito Federal.

Por dispor de ampla área industrial para futuras ampliações e contar na região com uma bem montada infra-estrutura para o escoamento de sua produção, a REPLAN aparece como uma das mais credenciadas refinarias da Petrobrás para atender ao futuro mercado de derivados de petróleo, em quantidade e diversificação. Está previsto uma adequação da refinaria ao perfil do mercado. Com a construção de mais 7 unidades de refino, a refinaria passará a produzir mais óleo-diesel e GLP, além de melhorar a qualidade dos derivados, igualando-a a dos países avançados.

Distribuição e Funcionamento

O petróleo bruto a ser processado na REPLAN é descarregado dos navios-tanques no Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR), em São Sebastião - SP. Desse terminal é bombeado até os tanques da Refinaria através de um sistema de oleodutos de 225 km de extensão.

A captação de água se faz nos rios Atibaia e Jaguari, sendo os detritos despejados no rio Atibaia.

A operação é realizada em 3 turnos de operários (8:00 às 16:00 hs; 16:00 às 24; e das 24:00 até às 8:00 hs), sendo um turno para revezamento. Cada turno possui 150 operários.

Incluindo o pessoal administrativo, o da manutenção e o operacional, a refinaria possui atualmente 1.370 empregados.

Desses funcionários, 80% residem em Campinas, e os demais em Paulínia e Cosmópolis, havendo poucos residentes nas demais cidades da região.

O pessoal administrativo é transportado por 23 ônibus vindos das cidades citadas. Os funcionários ligados diretamente à produção são transportados por 10 micro-ônibus, por turno, também oriundos das cidades anteriormente citadas. A REPLAN fornece refeições para todos os seus funcionários.

O escoamento da produção da Refinaria se processa por meio de transporte ferroviário (40%), rodoviário (10%) e dutoviário (50%).

Todos os dutos são destinados aos terminais de derivados da Grande São Paulo - Barueri e Utinga - de onde são distribuídos para toda essa região.

Existe também um oleoduto e um gasoduto ligando a REPLAN à RHODIA, com 7 km de extensão cada um.

O escoamento da produção por ferrovias é destinada às demais regiões abastecidas pela REPLAN, excetuando-se a Grande São Paulo. Nessas regiões existem parques de armazenamento das companhias distribuidoras, que recebem a produção da refinaria a armazenagem e a distribuem às localidades próximas.

Os transportes rodoviários são operacionalizados pelas Companhias Distribuidoras, que recebem os produtos em seus tanques por tubulações ligadas ao Sistema de Bombeio dos Tanques da Refinaria.

A RHODIA e o Polo Petroquímico de Paulínia⁽³⁾

Ao Polo Petroquímico de Paulínia pode-se atribuir uma função de distribuição e uma função de produção.

À função de distribuição corresponde a estocagem e distribuição de derivados de petróleo produzidos pela Refinaria do Planalto.

A produção das refinarias é estocada em diversos polos de suprimento espalhados pelo país. A partir desses polos os derivados de petróleo são distribuídos pelas Cias. Distribuidoras para os pontos de venda ao consumidor final.

Paulínia é um Polo de Suprimento, de onde parte o abastecimento da Região de Campinas. As Cias. Distribuidoras são obrigadas a comprar uma cota pré-estabelecida de derivados de petróleo da Petrobrás Refinadora, e estocam em depósitos próprio.

As Cias. Distribuidoras que pertencem ao polo de suprimento de Paulínia são as seguintes: Texaco Brasil S/A Produtos de Petróleo; Shell Brasil S/A; Esso Brasileira de Petróleo S/A; Petrobrás Distribuidora S/A; Cia. Atlantic de Petróleo; Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga e Cia. São Paulo. À função de produção correspondem as indústrias químicas e petroquímicas de Paulínia.

O principal expoente das indústrias petroquímicas é a Replan, já detalhadamente estudada no item anterior.

Quanto às indústrias químicas, a principal representante é a Rhodia S/A. Devido ao seu tamanho e à sua importância, va-

(3) Agradeço a colaboração do Sr. Tadeu Gama, diretor da CIESP de Campinas, cuja participação foi de significativa importância para a elaboração desse item.

mos nos ater um pouco mais a seu estudo.

Como já foi dito anteriormente, a Rhodia veio para Paulínia com o objetivo de plantar cana e com a sua própria produção produzir álcool para o abastecimento de suas instalações em Santo André, abastecimento esse que estava ameaçado pela 2ª Guerra Mundial.

A partir de 1958 a Rhodia começou a expandir as suas instalações em paulínia, com a produção de toda a cadeia de solventes.

A plantação de cana foi desativada em 1967, e a indústria passou a adquirir cana de produtores da região.

Atualmente o Conjunto de Paulínia da Rhodia S/A é composto da seguinte forma:

- Departamento Nylon, instalado na década de 60, que produz ácido adípico, ácido nítrico, adiponitrila, hexametileno-diamina; todos eles, produtos intermediários destinados à fabricação do sal de nylon. O sal de nylon é utilizado para a fabricação de polímero plástico de fios e fibras de nylon, nas fábricas da Rhodia em Santo André. O polímero plástico é utilizado na fabricação de peças e acessórios para automóveis, eletrodomésticos, etc. Os fios e fibras de nylon são utilizados em grande escala na indústria têxtil, de tapetes, de pneus, etc.
- Departamento Fenol e derivados, instalado na década de 70; que produz fenol, acetona, cicloexano, bisfenol A, hidrogênio, amônia, nitrogênio e oxigênio, bicarbonato de amônia, alifametilostireno, cicloexano, hidroperóxido de cumeno, acetofenona, solução amoniacal; produtos esses utilizados nas resinas em geral, adesivos, produtos alimentícios, solventes, verni-

zes e farmacologia.

- Departamento Acéticos e Cetônicos, instalado na década de 50; que produz aldeído acético, acetato de etila, acetato de butila e isobutila, diacetona álcool, diacetato de isoamila e hexilenoglicol, utilizados como solventes, em fluídos para freios, na construção civil, na fabricação de tintas e colas em geral na fabricação de gomas de mascar.
- Rhodiaco; constituída em 1970 como resultado da associação entre a Rhodia S/A e a Indústria Petroquímica Brasileira Ltda, com a participação acionária da Rhodia de 71%. O objeto da Rhodiaco é a produção de Ácido Tereftálico Purificado, utilizado como matéria-prima básica para o paraxileno. A usina da Rhodiaco compreende duas unidades: uma para a fabricação do ácido tereftálico técnico; e outra para a fabricação do ácido tereftálico purificado; utilizados na indústria têxtil para a fabricação de fios e fibras do poliéster, filmes para embalagens e componentes de engenharia.
- Centro de Pesquisas, criado em 1975, com dois departamentos: Departamento de Desenvolvimento de Processos Químicos; que pesquisa novos processos no campo da química orgânica e inorgânica; e Departamento de Estudos Analíticos, que presta apoio ao Departamento de Desenvolvimento de Processos Químicos e a todas as divisões da Rhodia e suas coligadas.

- Estação Agrícola Experimental; criada em 1961; com pesquisas objetivando o progresso de culturas tropicais e subtropicais.
- Instituto Veterinário Rhodia-Mérieux; criado em 1969 ; sendo uma das linhas de fabricação a vacina antiaftosa.

De uma forma geral, a produção do Conjunto de Paulínia da Rhodia serve de matéria-prima para outras unidades da Rhodia e para diversas indústrias dos mais variados setores.

A unidade da Rhodia em Santo André, por questões de localização, está se especializando na química fina (não poluente); e as expansões mais recentes têm sido realizadas em Paulínia; cuja unidade (um investimento da ordem de 500 milhões de dólares ligado à Divisão Química de Base da Rhodia S/A) é o maior investimento da Rhodia S/A no Brasil.

Ao todo, as indústrias químicas de Paulínia tinham 5.026 empregados cadastrados em 1986.

Além da produção da Rhodia S/A e da Replan, as demais indústrias químicas do município produzem o mais variado universo de produtos, como Lycra, adubos, breu, chapas acrílicas, resinas acrílicas, silicato de cálcio, produtos agroquímicos, etc.

A origem da matéria-prima é dos mais variados locais, como dos U.S.A., Alemanha, Chile, Argentina e diversas regiões do Brasil.

A produção é destinada a todo o território nacional e também para outros países, como U.S.A. e França.

Dessa forma, o polo petroquímico de Paulínia está integrado em âmbito nacional e internacional, com utilização de ma-

-térias-primas importadas e exportação de seus produtos.

Passamos a analisar agora as razões da conformação de um polo petroquímico em Paulínia.

Muitas das empresas químicas de Paulínia não são diretamente dependentes da Refinaria do Plantalto.

A instalação da Replan justificaria a conformação no seu entorno de um anel petroquímico. Mas o que justificaria a presença no município de inúmeras indústrias químicas não dependentes da Replan?

O polo petroquímico de Paulínia não é institucional, isto é, não é planejado, não é resultado de uma decisão política.

No Brasil existe um polo petroquímico instalado em Camaçari (BA), um em implantação no estado do Rio Grande do Sul e um previsto para o estado do Rio de Janeiro. Nesses polos, o Estado participa com 1/3 do capital, a indústria nacional com 1/3 do capital, e a indústria estrangeira detentora de tecnologia completa a participação do capital.

No polo petroquímico de Paulínia não houve essa associação consciente e planejada dos capitais estatais, nacionais e estrangeiros.

Dessa forma procuramos as justificativas para a conformação de um polo petroquímico em Paulínia nas razões abaixo, embora a última seja a determinante:

- restrições na cidade de São Paulo para a ampliação e instalação de quaisquer tipos de indústrias que de alguma forma afetem o meio ambiente.

- proximidade de importantes Centros Universitários, que facilita a especialização e a rotatividade da mão-de-obra. As empresas empregam funcionários em tempo parcial, os quais são professores dos Centros Universitários vizinhos. (Essa razão foi particularmente decisiva para a DuPont).
- as empresas estrangeiras tendem a acompanhar outras empresas estrangeiras do mesmo setor, por possuírem exigências semelhantes. Quando uma empresa estrangeira se instala em determinado local e tem sucesso, já provou para a outra empresa estrangeira que não existem barreiras impeditivas no local, como transporte, mão-de-obra, rede viária, etc. Os sistemas de análise dos fatores locacionais das empresas estrangeiras são semelhantes. A instalação da Rhodia S/A, serviu de testadora da eficiência do local, e a instalação de cada nova empresa estrangeira do setor químico em Paulínia servia de estímulo para a instalação de uma outra empresa do mesmo setor.

O Parque Industrial de Paulínia em 1986

São as seguintes as empresas cadastradas⁽⁴⁾ no município em 1986, suas respectivas datas de fundação e porte;

Nome	Fundação	Porte
Agrícola Monte Carmelo S/A	1970	Pequeno
Cerâmica Fontinha Ltda	1954	Pequeno
Galvani Engenharia e Comércio Ltda.	1981	Médio
Z M Industrial Ltda.	1975	Médio
Maco Metalúrgica Ltda.	1980	Pequeno
Techmelt - Máquinas de Equip. Ltda	1981	Pequeno
CBI Industrial Ltda	1974	Grande
Barcos Levefort S/A	1969	Grande
J.J. Ind. e Comércio de Barcos Ltda.	-	Pequena
Carpintaria e Marcenaria Noroeste Ltda.	1985	Pequena
Marcenaria Ana Paula Ltda.	1978	Pequena
J. Bresler S/A	1965	Grande
Alkyls do Brasil Ltda.	1986	Média
Bann Química S/A	1980	Grande
Du Pont do Brasil S/A	1972	Grande
Galvani Fertilizantes Ltda.	1983	Grande
Hércules do Brasil Prod.Quim. Ltda.	1984	Grande
ICI Brasil S/A	1976	Grande
Indústria de Isolantes Térm. Calorisol Ltda.	1986	Grande
Nutriplant Inds. e Comér. Ltda.	1980	Média
Perfiltra do Brasil Com. e Ind. Ltda.	1982	Grande
Petróleo Brasileiro S/A-Petrobrás	1972	Grande
Rhodia S/A	1946	Grande
Rhodiaco Ind. Químicas Ltda.	1977	Grande
Shell Brasil S/A	1977	Grande
Stauffer Prod. Químicos Ltda.	1974	Grande
Inst. Veterinário Rhodia Merieux S/A	1972	Grande
MASCA - Confeccção e Comércio Ltda.	1982	Pequena
Cargill Agrícola S/A	1973	Grande

... continua

Nome	Fundação	Porte
Granja Cargill Ltda	1984	Pequeno
Padaria e Confeitaria Disneylândia Ltda.	1969	Pequeno
Panif. e Lanchonete Real Ltda.	1976	Pequeno
Tizziani, Nucci e Cia. Ltda	-	Pequeno
Viracopos Inds. e Com. Bebiati Ltda.	1980	Médio
Granjas Ito Ltda.	-	Pequeno
Panif. Peg-Pag de Paulínia Ltda.	-	Pequeno
ENEPLAST - Indústria e Comércio de Artefatos de Plástico Ltda	-	Pequeno
Marcón Ind. e Com. de Acrílicos Ltda.	-	Pequeno
Empresa Gráfica Jornal do ACP Ltda.	1969	Pequeno
Paulínia Impressos Ltda.	1985	Pequeno
Aurigráfica Ltda.	-	Pequeno

Das quarenta e uma unidades cadastradas em 1986, verificou-se que 46,3% são classificadas na categoria Pequena, 12,1% na categoria Média e 41,4% na categoria Grande.

Das indústrias classificadas na categoria Pequena, nota-se que 31,5% pertencem ao Ramo Produtos Alimentares, vindo logo a seguir o ramo Editorial e Gráfico.

Quanto a categoria Média, encontramos cinco unidades sendo a maior participação com 40,0% para o Ramo Químico.

(4) Esse cadastro das empresas de Paulínia foi fornecido pela Prefeitura Municipal de Paulínia, e a estratificação das empresas segundo o porte obedeceu aos critérios pessoal ocupado e faturamento mensal.

No que tange a categoria Grande; verifica-se a existência de 17 unidades, sendo a maior participação , em número de 12, para o Ramo Químico, com 70,5%, logo a seguir o Ramo Produtos Alimentares.

Em relação à Constituição Jurídicas das Indústrias sediadas no município, segundo informações da Prefeitura Municipal, 29 indústrias são Ltda., e 12 são Sociedades Anônimas. Das 29 indústrias classificadas como limitadas, 18 são de porte pequeno, 05 de porte médio e 06 grandes.

Em relação às datas de fundação, é a seguinte a evolução histórica da implantação das indústrias no município:

Ano	Nº de ind.	Ano	Nº de ind.
1946	01 indústria	1977	02 indústrias
1954	01 indústria	1978	01 indústria
1965	01 indústria	1979	-
1969	03 indústrias	1980	04 indústrias
1970	01 indústria	1981	02 indústrias
1971	-	1982	02 indústrias
1972	03 indústrias	1983	01 indústria
1973	01 indústria	1984	02 indústrias
1974	02 indústrias	1985	02 indústrias
1975	01 indústria	1986	02 indústrias
1976	02 indústrias	s/decl.	07 indústrias

Constata-se facilmente nessa análise, uma das especificidades do município de Paulínia - a formação de um grande parque industrial, em um período curto de tempo.

Entre as empresas cadastradas em 1986, apenas 06 indústrias existiam antes da década de 70. Um número de 13 indústrias surgiram nessa década e 15 indústrias surgiram nos 6 primeiros anos da década de 80.

Nesse último ponto podemos fazer uma constatação interessante, a instalação de um grande número de grandes indústrias na década de 80, se considerarmos ser essa uma década de crise, onde a indústria diminuiu seu ritmo de expansão.

Foram as seguintes as empresas cadastradas no município de Paulínia em 1986, e instaladas na década de 80, segundo ano de fundação, porte e ramo:

Galvani Engenharia e Comércio Ltda	- 1981	- Pequena	- Prod.Min.Nao.Met.
Maco Metalurgia Ltda.	- 1980	- Pequena	- Metalúrgico
Techmelt - Maq. de Equip. Ltda	- 1981	- Pequena	- Metalúrgico
Carpintaria e Marcen. Noroeste Ltda	- 1985	- Pequena	- Ind.de Madeira
Paulínia Impressos Ltda	- 1985	- Pequena	- Edit. e Gráfico
Alkyls do Brasil Ltda.	- 1986	- Média	- Química
Baun Química S/A	- 1980	- Grande	- Química
Galvani Fertilizantes Ltda.	- 1983	- Grande	- Química
Hércules do Brasil Prod. Químicos Ltda.	- 1984	- Grande	- Química
Indústria de Isolantes Térmicos Calorisol S/A	- 1986	- Grande	- Química
Nutriplant Inds. e Comércio Ltda	- 1980	- Média	- Química
Perfiltra do Brasil Com. e Inds. Ltda	- 1982	- Grande	- Química
MASCA - Confec. e Comércio Ltda.	- 1982	- Pequena	- Têxtil
Granjas Cargill Ltda.	- 1984	- Pequena	- Prods.Aliment.
Viracopos Inds. e Com. de Bebidas Ltda.	- 1980	- Média	- Prods.Aliment.

Como já dissemos, das empresas cadastradas no município em 1986, 15 se instalaram durante a década de 80, enquanto que 13 empresas se instalaram na década anterior.

Das 13 empresas instaladas na década de 70, 9 empresas são de grande porte, e dessas, 6 empresas são do ramo químico.

Das 15 empresas instaladas na década de 80, 5 empresas são de grande porte, e todos são do ramo químico.

Dessa maneira, a maioria das grandes empresas já haviam se instalado no município durante a década de 70, entretanto, ainda assim é significativa a instalação de grandes empresas durante a década de 80.

Porém, as grandes empresas instaladas durante a década de 80 possuem uma particularidade: todos são do ramo químico.

Isso nos faz supor que algumas das indústrias do ramo químico, as quais se expandiram ou se instalaram no país durante a década de 80, preferiram se instalar em Paulínia, ao invés de se instalarem espalhadamente pelo território nacional. Isto ocorreu devido ao fato de que, ao final da década de 70, já se conformava em Paulínia um atrativo polo petroquímico.

Dessa forma, a instalação de um grande número de grandes indústrias em uma década de crise, deveu-se ao magnetismo do polo petroquímico de Paulínia, atraindo novas indústrias químicas e consolidando esse polo, compensando dessa forma, os desestímulos oriundos da economia nacional em crise.

Dados Agropecuários

A agropecuária do município de Paulínia foi o setor de sua economia que perdeu espaço relativo ao longo da década de 70.

Em 1970, sua produção animal correspondia a 0,25% do VP animal do estado, e era equivalente a 21,7% do VP animal do município de Campinas. Em 1980 ambas as suas participações foram reduzidas: passou a corresponder a 0,04% do VP animal do estado e a ser equivalente a 6,3% do VP da cidade de Campinas.

Em relação ao VP vegetal, sua participação no estado foi reduzida de 0,18% para 0,10% no período, porém sua equivalência ao VP vegetal do município de Campinas aumentou - passou de 22,7% para 28,9%.

A somatória do desempenho do VP animal e vegetal no período 1970/80 demonstra o desempenho global negativo desse setor.

Perdeu participação em relação ao total do estado e em relação ao município de Campinas. O VP total da agropecuária reduziu sua participação no total do estado de 0,20% para 0,08%, e sua magnitude em relação ao VP da cidade de Campinas reduziu-se de 22,3% para 17,1%.

A pecuária não possui nenhuma expressão, e as poucas cabeças que o município possuía em 1970 ainda diminuíram em 1980. O maior rebanho, o bovino, tinha apenas 1709 cabeças em 1970, diminuindo em 1980 seu número para 1349 cabeças, sendo nesse ano equivalente a 0,78 do rebanho existente em 1970. Os demais rebanhos não possuem magnitude econômica que mereçam destaque.

A maioria das culturas tiveram redução na área plantada ao longo da década de 70. É o caso do algodão, do amendoim, do café, da laranja e do milho. O arroz manteve sua área plantada e as culturas que tiveram aumento foram: cana-de-açúcar, feijão e a mandioca.

Em termos de área plantada e valor da produção, em 1970, as culturas mais importantes eram as seguintes: algodão - que possuía 2.384 ha plantados; cana-de-açúcar - 1.025 ha; e milho e a laranja - 454 ha e 337 ha respectivamente, sendo no que se refere ao valor da produção, o da laranja se sobrepõe ao do milho.

Em 1980 a cana-de-açúcar se transforma na cultura mais importante do município, com 2190 ha plantados, um crescimento de 113% em relação à 1970. Em seguida vem o algodão, com 367 ha plantados, com uma redução de 15% da área plantada em relação a 1970, vindo em seguida a mandioca e o milho - 296 ha e 250 ha respectivamente.

O crescimento da produção da cana-de-açúcar vem mostrar que o município se engajou no processo estimulado pelo Próalcool, tendo a cana-de-açúcar substituído as demais culturas.

Comércio e Serviços

Paralelamente ao desenvolvimento industrial, e como não poderia deixar de ser, o município de Paulínia presenciou também um processo de expansão e aprimoramento do setor terciário.

O processo de expansão e aprimoramento desse setor, é um processo de apoio ao movimento geral da economia do município, de intensa urbanização e industrialização.

A administração pública teve que se estruturar para administrar uma cidade onde passa a surgir uma série de novas exigências. Trata-se agora de criar uma nova infra estrutura, para acolher um grande número de migrantes. Surge a questão do asfaltamento, da rede de água e esgoto, da iluminação pública, dos conjuntos habitacionais, áreas de lazer, etc.

Mais pessoas, significa maior necessidade de leitos hospitalares, assistência social, pronto-socorro e escolas.

Surgem uma série de estabelecimentos privados, consequência do aumento da população do município e de sua maior integração à economia regional e estadual, postos de gasolina, transporte urbano municipal e intermunicipal, bares e restaurantes, lojas e demais atividades afins.

Não obstante esse desenvolvimento, o setor de comércio e de serviços assume uma característica peculiar, que será analisada no último capítulo. Por ora, é apenas adiantado o fato de que a estrutura de comércio e serviços do município, é montada visando basicamente o atendimento das necessidades da classe operária, que se concentra em diversos conjuntos habitacionais.

O comércio e os serviços mais de elite, continuam dependentes do município de Campinas, para onde a população paulinense afluxa em busca, por exemplo, de médicos mais especializados, melhores escolas, compras em Shopping Center e em grandes lojas, etc.

Analisando os dados dos Censos Comerciais e de Serviços do IBGE, para os anos de 1970, 1975 e 1980, podemos confirmar a explosão desses setores nos referidos anos.

O comércio concentrou seu crescimento entre os anos de 1970/1975. O número de estabelecimentos comerciais aumentou 121% nesse período, e 70% no período de 1975 a 1980, totalizando na década um crescimento de 139%. Enquanto isso, o número de estabelecimentos comerciais no município de Campinas aumentou 62% na década de 70.

O Pessoal Total Ocupado para o Comércio, cresceu, para o município de Paulínia, 873% entre os anos de 1970 e 1975, teve uma redução de 21% entre 75/80, e acumulou na década um crescimento de 666%. O município de Campinas, nesse caso, acumulou um crescimento de 109% na década de 70.

Os números para os serviços também seguem o mesmo movimento, embora não haja nenhuma diferença significativa entre as magnitudes do crescimento das duas metades da década.

O número de estabelecimentos de serviços, aumentou 90% no período de 1970/1975, 86% no período de 1975/1980 acumulando um crescimento de 253% na década. O município de Campinas apresentou um crescimento na década de 70 de 135% no número de estabelecimentos.

O pessoal total ocupado cresceu 258% no período de 1970/1975, 336% no período de 1975/1980, acumulando um crescimento

na década de 1.464%. Para esse dado o município de Campinas apresentou um crescimento de 300% na década.

Acompanhando o crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços, e do número de pessoal total ocupado nessas áreas, cresceu também o número de funcionários por estabelecimentos, ou seja, cresceu o porte dos estabelecimentos. Considerando-se a razão Pessoal Ocupado Total no comércio/número de estabelecimentos comerciais, verificamos que de 2,15 funcionários por estabelecimento comercial em 1970, ela aumentou para 9,45 em 1975, e caiu para 6,9 funcionários por estabelecimentos comerciais em 1980, bem acima do nível de 1970.

Considerando-se a razão Pessoal Total Ocupado em serviços/números de estabelecimentos de serviços, verificamos que de 1,60 funcionários por estabelecimento prestador de serviços em 1970, evoluiu-se para 3,14 funcionários por estabelecimento prestador de serviços em 1975 e para 7,37 funcionários por estabelecimento prestador de serviços em 1980.

Dessa forma, Paulínia chegou ao final da década de 70 com uma estrutura terciária maior e mais complexa.

Segundo levantamento da SINERG (Sistema de Informações das Regiões de Governo), do ano de 1980, que utilizou um método de classificação de dados pouco diferente dos Censos Comerciais e de Serviços do IBGE, mas que mesmo assim vêm confirmar todas as conclusões anteriormente relatadas, o município de Paulínia lidera todos os índices de crescimento levantados para esse setor.

Em relação ao comércio, é o segundo município do Estado de São Paulo de maior taxa de crescimento do número de pessoas ocupadas (22,89% a.a.) entre os anos de 70 e 80; terceiro muni-

cípio do Estado de São Paulo de maior taxa de crescimento dos salários (39,62% a.a.); primeiro município no crescimento da receita (107,88% a.a.); décimo segundo município no número de estabelecimentos (9,11% a.a.); quarto município em relação ao número de pessoas ocupadas por estabelecimentos (6,4); e em contraste, é o último município em relação à participação dos salários no total da receita (0,05).

Entretanto, em relação aos índices de crescimento apresentados, temos que destacar o peso maior do comércio de combustíveis e derivados de petróleo, decorrentes da função de distribuição do polo petroquímico de Paulínia. Dessa forma, os índices não reproduzem o comportamento exclusivo do comércio urbano.

Em relação aos serviços, ainda para 1980; é o nono município do Estado de São Paulo de maior taxa de crescimento dos salários na década de 70 (56,93%); vigésimo primeiro município de maior taxa de crescimento da receita (28,55% a.a.); vigésimo oitavo município de maior taxa de crescimento do número de estabelecimentos (13,45% a.a.); décimo município de maior crescimento de pessoal ocupado (32,75% a.a.); vigésimo quinto município do maior número de pessoas por estabelecimento (7,5%) e quadragésimo nono município no que diz respeito à participação dos salários no total da receita (18,51%).

Não obstante apresentar índices espantosos de crescimento, o setor de comércio e serviços de Paulínia encontra sérios entraves para o seu pleno desenvolvimento.

Índices de crescimento tão altos devem-se ao crescimento do setor em termos relativos, pois o crescimento foi grande em relação à pequena base existente no início da década de 70.

O comércio varejista e os serviços voltados ao atendimento da população enfrentam uma série de problemas.

A população do município tradicionalmente procura fazer suas compras nos grandes supermercados e lojas de departamentos de Campinas; para isto, o requisito mínimo é a pessoa possuir um automóvel ou alguma outra forma de transportar a mercadoria.

O comércio e serviços existentes no município são voltados ao padrão de consumo da população operária. Não existem produtos de consumo de elite, tais como roupas de etiquetas finas, boutiques, etc. Nem mesmo cursos de inglês ou computação se encontram no município.

Dessa forma, estabelecem-se relações de dependência entre a população de Paulínia e o município de Campinas.

A população de Paulínia (mais especificamente classes média e alta) é obrigada a satisfazer parte de suas necessidades em Campinas, pois não as encontra em Paulínia.

Este fato fortalece os fluxos inter-municipais, e consolida a integração Campinas-Paulínia.

Entretanto, esses fluxos inter-municipais assumem um sentido mais unilateral, isto é, é a população de Paulínia, de renda mais alta, que procura o comércio e serviços de Campinas. Nesses casos, Paulínia assume basicamente a função de cidade-moradia (fato esse que será melhor analisado no último capítulo).

Essas relações existentes entre Paulínia e Campinas, desestimulam o surgimento em Paulínia dos tipos de comércio e serviços que sua população apenas encontra em Campinas. Dessa forma, cada vez mais se consolida a necessidade de viajar para Campinas

para a satisfação de determinados tipos de comércio e serviços, e cada vez mais Paulínia consolida a sua função de cidade-moradia, basicamente para a população operária.

Poderíamos reproduzir o raciocínio de um cidadão de Paulínia, com filhos e pertencente à classe média ou alta; raciocínio esse que o levaria a continuar trabalhando em Paulínia, mas a residir em Campinas:

"... meu filho tem que estudar em Campinas, eu tenho que comprar roupas, alimentos e eletrodomésticos em Campinas, por que então eu ficarei morando em Paulínia?"

Indicadores Sociais

A década de 70 também representou para o município um grande avanço nos serviços de atendimento social, basicamente, educação, saúde, saneamento e habitação.

A seguir verificaremos como esses serviços se desenvolveram, procurando constatar indicadores que demonstrem uma melhora ou piora nas condições de vida do município, e procurando analisar, sempre que possível, dois momentos: a evolução dos dados de Paulínia ao longo do período considerado, e Paulínia em relação a Campinas, no mesmo período. As razões para a utilização dessa metodologia ficarão mais claras no último capítulo. A finalidade desse item é chegar a conclusões que serão significativas para a discussão a ser realizada no último capítulo desse trabalho.

Em relação à habitação, em 1966, Paulínia possuía 1.000 domicílios. Em 1970, passou a ter 2.001 domicílios, em 1980 possuía 4.477 domicílios, representando um crescimento de 100% no final da década de 60, e 123% na década de 70.

O município de Campinas apresentou menor crescimento, possuía 53.188 domicílios em 1966, passando em 1970 a ter 76.245 domicílios, em 1980 possuía 154.223 domicílios.

Dessa forma, Campinas obteve um crescimento de 43,35% no número de domicílios durante a segunda metade da década dos anos 60 e 102% durante toda a década de 70.

Em 1970, dos 2.001 domicílios existentes em Paulínia, 94% eram do tipo durável e 5,94% eram do tipo rústico. Para o município de Campinas, no mesmo ano, a situação era a seguinte: 92,41%

domicílios do tipo durável, e 7,57% domicílios do tipo rústico.

Em 1980, Paulínia possuía 99,5% de domicílios do tipo rústico, enquanto que Campinas possuía 97,3% domicílios do tipo durável e 2,29% de domicílios do tipo rústico.

Verificamos, portanto, que durante a década de 70, diminuiu a participação de domicílios do tipo rústico no município de Paulínia, estando relativamente à frente do município de Campinas, que possui uma maior participação de domicílios do tipo rústico na sua rede total de domicílios.

Do total de domicílios, em 1970, 35,38% dos domicílios de Paulínia eram próprios, e 34,13% dos seus domicílios eram alugados, tendo outras formas de moradia a participação de 30,48%. Para o município de Campinas a situação era a seguinte: 56,73% dos domicílios eram próprios, 31,61% dos domicílios eram alugados e outras formas de moradia participava com 11,65%.

Em 1980, 48,19% dos domicílios de Paulínia passaram a ser próprios ou em via de aquisição, 33,04% eram alugados e 18,75% assumiam outras formas. Para Campinas, 58,07% dos domicílios em 1980 era próprios ou em via de aquisição, 30,6% eram alugados e 11,3% dos seus domicílios assumiam outras formas.

Podemos notar que durante a década de 70, Paulínia teve um grande crescimento no número de domicílios próprios e em vias de aquisição, tendo reduzido a participação dos domicílios alugados. Campinas também aumentou o número de domicílios próprios ou em vias de aquisição, e reduziu o número de domicílios alugados; entretanto, essa variação foi de magnitude menor que o do município de Paulínia. Para fortalecer esse ponto, consideremos também o fato de que durante a década de 70, o crescimento do nú-

mero de residências foi maior em Paulínia do que em Campinas.

Em 1980, Campinas apresenta um maior índice de cômodos por residências (5,36 contra 4,87 para Paulínia), assim como em 1970 (5,20 contra 4,75 para Paulínia).

A maior parte dos aluguéis do município de Paulínia, em 1980, está concentrada na faixa de até 1/2 S.M. (37,67%). Apenas 25,4% dos aluguéis de Campinas se encontram nessa faixa, sendo que a faixa de maior concentração do valor dos aluguéis de Campinas é a de 1 a 3 S.M. (39,0%); faixa essa em que encontramos (29,4%) dos aluguéis de Paulínia.

Uma tarefa importante para o município, no sentido de absorver o afluxo migratório, é a construção de conjuntos habitacionais. Em 1987 já haviam sido inaugurados 7 conjuntos habitacionais, a saber: José Paulino, para faixa de renda de 3 a 5 S.M., 246 unidades e entregue em 1972. Presidente Medici, para faixa de renda de 3 a 5 S.M., 198 unidades e entregue em 1976. Nosso Teto, faixa de renda de 2 a 3 S.M., 301 unidades e entregue em 1980. Jardim Primavera, faixa de renda de 5 a 7 S.M., 455 unidades, entregue em 1981. Jardim Monte Alegre I, faixa de renda de 3 a 5 S.M., 502 unidades, entregue em 1981. Jardim Monte Alegre II, faixa de renda de 3 a 5 S.M., 233 unidades, entregue em 1987. Mutirão I, faixa de renda de 1 a 3 S.M., 72 unidades, entregue em 1987.

O projeto Mutirão I do município, previu a doação de 310 terrenos, sendo que a pessoa que recebesse o terreno, geralmente com salário médio mensal de 2,5 S.M., tem 3 meses para começar a obra e após isso, tem o direito a mais um ano para levantar quarto, cozinha e banheiro, totalizando no mínimo 25 m².

Estavam previstos em 1987 a execução do Mutirão II e III. Em julho de 1986 a Prefeitura Municipal possuía 2.550 inscrições para aquisição da casa própria.

O município não possui favelas, entretanto, existem diversos cortiços espalhados pela cidade. Em 1987 foram cadastrados pela Prefeitura Municipal, ao todo, 21 cortiços, com 196 famílias moradoras, sendo que destas famílias, 71 já estão inscritas no projeto Mutirão.

Procuramos caminhar até o momento para os seguintes pontos básicos: a população de Paulínia em 1980, se encontra (relativamente à situação do próprio município em 1970, e relativamente ao município de Campinas), com um maior número de domicílios próprios (com conseqüente queda da participação do número de domicílios alugados no total dos domicílios), não obstante uma maior frequência de domicílios mais populares, em relação ao município de Campinas, caracterizado por um menor número de cômodos por residência e aluguéis mais baixos.

No restante do presente item procuramos dar continuidade a esse raciocínio (manutenção ou melhora no nível de vida da população do município de Paulínia, não obstante um grande afluxo de migrantes e de população de baixa renda), procurando, no entanto, explorar outros indicadores do nível de vida da população. Essa discussão será mais profundamente retomada no último capítulo.

Em relação ao saneamento básico, em 1970, 44,91% dos domicílios de Paulínia eram atendidos por rede geral de água e 46,72% dos seus domicílios eram atendidos por poço ou nascente.

Para o município de Campinas, 82,31% dos seus domicílios eram atendidos por rede geral de água, e 11,92% eram atendidos por poço ou nascente.

De 1970 a 1980, verifica-se que o município de Paulínia ampliou significativamente a parcela da população atendida pelo abastecimento de água, se aproximando ao nível de atendimento apresentado pelo município de Campinas.

Para o município de Paulínia, nesse ano, 75,91% dos domicílios eram atendidos pela rede geral, e 24% dos domicílios eram atendidos por outras formas. Para o município de Campinas, 87,60% dos domicílios eram ligados à rede geral de água, 12,4% eram atendidos por outras formas de fornecimento de água.

Em relação à rede de esgoto, 17,9% dos domicílios do município de Paulínia eram atendidos pela rede geral, e 59,7% dos domicílios eram atendidos por outras formas de escoamento de esgoto. Para o município de Campinas, 65,7% dos seus domicílios eram atendidos pela rede geral; e 30% dos seus domicílios por outra forma de escoamento.

De 1970 a 1980, verificamos que foi expressivo o crescimento do atendimento da rede geral de esgotos à população do município de Paulínia, tendo o município de Campinas apresentado pouca variação.

Nesse último ano, para o município de Paulínia, 56,0% dos domicílios eram atendidos pela rede geral e 40,0% dos seus domicílios eram atendidos por outras formas de escoamento de esgoto.

Para o município de Campinas, nesse mesmo ano, 71% dos seus domicílios eram atendidos pela rede geral, e 26,7% dos seus domicílios possuíam outra forma de escoamento de esgoto.

Há de se ressaltar que a ampliação dos serviços de saneamento no município de Paulínia, significou um esforço duplo: aumentar a porcentagem do número de domicílios atendidos juntamente com um grande crescimento desse número de domicílios.

Enquanto que, na década de 70, o número de domicílio do município de Paulínia cresceu 123%, a parcela dos domicílios atendidos pelo abastecimento de água passou de 44,9% a 75,9% de 1970 para 1980, e a parcela atendida pela rede geral de esgotos passou de 17,9% em 1970 para 56% em 1980. Esses números indicam que o serviço de saneamento básico no município aumentou mais que proporcionalmente que o crescimento do próprio número de domicílios, ou que o crescimento da população.

O sistema de água e esgoto do município de Paulínia foi encampado pela SABESP, em 01/12/1978.

No ano em que a SABESP assumiu, existiam 67.359 m de redes distribuidoras e adutoras, e 33.572 m de redes coletoras e emissários. Desse ano até 1985, verificou-se um crescimento de 48% das redes distribuidoras e adutoras, que alcançaram juntas 99.474 m nesse ano, e um crescimento de 57,9% das redes coletoras e emissários, que alcançaram juntos 53.003 m em 1985.

No ano de 1987, a situação do saneamento básico no município era a seguinte: 19.582 m de rede adutora (diâmetro de 300 ml e 350 ml), 91.760 m de rede distribuidora (diâmetro variável de 50 a 250 ml), 62.257 m de rede coletora de esgoto 3.007 m de emissários, 3 reservatórios de água semi enterrados, 3 reservatórios elevados, sendo apenas 1 executado pela SABESP em 1982 com capacidade total de armazenagem de 3.150 m, 1 estação elevatória de esgoto, e 1 estação de tratamento com capacidade de captação

de 150 l/s, capacidade de tratamento de 120 l/s.

A água é captada do rio Jaguari. Algumas indústrias como a DUPONT, a RHODIA, a SHELL QUIMICA e a ICI possuem captação própria no rio Atibaia, e lança, no mesmo rio. A REPLAN possui captação própria no rio Jaguari e lança no rio Atibaia.

A partir do final da década de 60 o município foi um forte pólo de atração de migrantes.

Da população residente em paulínia em 1970, 16,6% residia no município há menos que 1 ano, 7,4% residia no município há 1 ano, 6,1% residia no município há 2 anos, 5,1% residia no município há 3 anos, 4,8% residia no município de 4 a 5 anos, 10,4% residiam no município de 6 a 10 anos, e 49,6% residiam no município a 11 anos e mais ou eram natural do município.

Em 1980, também se verifica que a maioria da população residente havia migrado recentemente ao município: 12,8% de sua população estava no município há menos de 1 ano, 5,2% estavam no município há 1 ano, 5,5% estavam no município há 2 anos, 4,7% estavam no município há 3 anos, 8,9% estavam no município de 4 a 5 anos, 13,0% estavam no município de 6 a 9 anos, e 49,9% estavam no município a mais de 10 anos ou eram naturais do município.

Das pessoas residentes e não naturais do município de Paulínia em 1970, a grande maioria delas, 82,2% haviam migrados de outro município do próprio Estado de São Paulo, 12% haviam migrados do Estado de Minas Gerais; e os naturais dos demais Estados tinham menor participação, totalizando juntos 5,8%.

Em 1980, 68,3% da população residente e não natural do município haviam migrados do próprio Estado de São Paulo, 13,0% haviam migrados do Estado de Minas Gerais. No entanto, a participa

ção dos paranaenses passou a ser mais significativa, contribuindo com 9,9% da população, cabendo aos demais estados contribuírem com 8,8% da população migrante.

Em relação ao rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, podemos verificar, para o ano de 1980, que 46,43% do total dessas pessoas residentes no município de Paulínia possuem um rendimento médio mensal de até 5 S.M.; 6,5% possuem uma renda de 5 a 10 S.M. e 2,8% possuem uma renda acima de 10 S.M.. No município de Campinas, 49,15% das pessoas com 10 anos ou mais possuem um rendimento médio mensal de até 5 S.M., 7,3% possuem uma renda média mensal de 5 a 20 S.M., e 5,23% possuem uma renda média mensal acima de 10 S.M.. No Estado de São Paulo, 49,89% das pessoas com 10 anos ou mais possuem um rendimento médio mensal de até 5 S.M.; 6,29% possuem uma renda média mensal de 5 a 10 S.M.; e 3,8% possuem uma renda mensal acima de 10 salários mínimo.

Verificamos, portanto, que as distribuições da população entre as 3 faixas de renda são aproximadamente iguais para o município de Paulínia, para o município de Campinas e para o Estado de São Paulo.

Em relação à educação, a partir de fins da década de 60 constata-se uma participação crescente do município no total da rede escolar.

Em 1966, o município possuía 698 alunos no ensino de primeiro grau, todos matriculados em escolas estaduais. No ano de 1967, o município possuía 766 alunos no ensino primário comum, todos eles matriculados em 6 escolas estaduais. Nesses anos inexistiam quaisquer entidades educacionais municipais.

Em 1987 encontramos um sistema educacional bastante modificado.

O município possui 7 escolas estaduais de 1º grau e 3 escolas estaduais de 2º grau, nos quais se encontram 6.840 alunos matriculados, distribuídos em três períodos de aulas.

No entanto, a presença municipal se faz marcante no ensino pré-escolar.

Existem 12 EMEIs, a maioria funcionando em período integral, espalhados pelos bairros mais importantes do município, possuindo ao todo 2.105 alunos, 1 escola municipal de ensino supletivo de 1º e 2º graus, com 591 alunos matriculados, 1 escola municipal rural de 1ª a 4ª série do 1º grau, com aproximadamente 65 alunos matriculados; e finalmente 9 creches municipais. As EMEIs começaram a surgir a partir de 1971, e as creches a partir de 1981.

Os alunos são alocados para essas escolas da seguinte forma: de 3 meses a 3 anos - Creches municipais
de 3 anos a 6 anos - EMEIs
de 7 anos a 14 anos - E.E.P.G.
de 15 anos e mais - Supletivos e E.E.P.S.G.

Para praticamente todas essas escolas a Prefeitura Municipal fornece em torno de 9.000 merendas diárias.

Existe no município uma escola do SENAC, que em 87 formou sua primeira turma de alunos.

O projeto Educar (antigo Mobral), possui 12 classes e 1 supervisor, contando com aproximadamente 200 alunos. Não existe no município escolas particulares e nem escolas de ensino superior, de qualquer natureza.

No ano de 1970, 25% da população de Paulínia com idade acima de 5 anos de idade, não sabiam ler e escrever; enquanto que

para o município de Campinas esse índice era de 16,54%; e para o Estado de São Paulo este índice era de 22,46%. No ano de 1980, diminuiu a participação de pessoas maiores de 5 anos de idade não alfabetizadas no município de Paulínia, chegando a 20,47% da população total acima de 5 anos de idade, para o município de Campinas essa participação se reduz para 15,14%, e para o Estado de São Paulo essa participação se reduz para 18%.

Em 1970, 27,84% da população de Paulínia maior de 5 anos de idade possuía nível elementar completo e apenas 0,54% possuía nível superior completo. Para o município de Campinas, 39,49% possuía nível elementar completo e 2,2% possuía nível superior completo. Para o Estado de São Paulo 32,22% possuía nível elementar completo, e 1,13% possuía nível superior completo.

No ano de 1980, Paulínia passa a ter 36,26% de sua população com mais de 5 anos de idade possuidora de cursos elementar completo, 1,3% possuidora de curso superior completo. Campinas passa a ter 35,62% de sua população com mais de 5 anos de idade possuidora de curso elementar completo, e 4,55% possuidora de curso superior completo; enquanto que o Estado de São Paulo passa a ter 34,18% de sua população com mais de 5 anos de idade possuidora de curso elementar completo, e 3,03% possuidora de curso superior completo.

Para finalizar o estudo do sistema educacional de Paulínia, merece destaque a análise do projeto municipal denominado "Programa Sol".

Esse projeto visa atender pessoas a partir do primeiro ano de vida, principalmente moradores das áreas periféricas, "tirando-as da rua" e integrando-as à atividades de educação artís-

tica, esporte, recreação, atividades profissionais e artesanais, objetivando "favorecer a consciência crítica tendo em vista uma prática transformadora".

Segundo as próprias palavras da Prefeitura Municipal "em seu todo, o Programa cria um espaço social capaz de favorecer o exercício da vivência coletiva, envolvendo a comunidade no encaminhamento de solução para seus próprios problemas e necessidades".

A década de 80 é o período de maior desenvolvimento do sistema de saúde do município.

Em 1974 surge o primeiro Centro de Saúde do município, considerado pela própria Prefeitura Municipal de funcionamento insuficiente. Nessa década também instala-se um Pronto de Socorro Municipal.

A partir de 1981 tem início a reestruturação desse sistema, objetivando oferecer à população um serviço de saúde "socializado, com todas as camadas da população tendo acesso", visando eliminar as carências existentes nas áreas de emergência e hospitalar, de forma a evitar que a população continue a se deslocar a Campinas em busca desses tipos de atendimentos.

Surge em 1981 o CETREIM - Centro de Treinamento de Insuficientes Mentais, que visa atender ao menor deficiente mental.

Em 1982 surge o Centro Odontológico (embora desde 1979 já trabalhasse com o atendimento de emergência), que atua com o programa PIESE - Programa Integrado de Educação e Saúde Escolar. Os alunos de cada classe de 1ª e 3ª séries das escolas do município passam 1 semana inteira por ano no Centro Odontológico, tendo aulas de saúde e recebendo tratamento de prevenção dentária. Além desse programa, o Centro Odontológico também trabalha com livre

demanda, isto é, no atendimento de escolares e adultos de baixa renda.

Nos anos de 1982, 1983 e 1984, surgem respectivamente os postos de saúde dos bairros João Aranha, Monte Alegre e Jardim Planalto, todos centralizados pelo Centro de Saúde, que foi reformado e ampliado.

No Centro de Saúde, funciona as seguintes clínicas: clínicas de adultos (cirurgia, fisioterapia, ortopedia, saúde mental), pediatria, saúde da mulher, saúde ocular e vigilância epidemiológica.

Em 1985 inauguram-se o Hospital Municipal e um novo Pronto Socorro Municipal.

O Hospital Municipal possui as seguintes clínicas: ortopedia, pediatria, clínica médica, ginecologia, obstetricia e clínica cirurgica. A pessoa interessada primeiramente passa pela clínica geral ou pediatria e depois é encaminhada para a área específica.

O sistema de saúde do Município de Paulínia se apoia basicamente no Convênio Triparte, com a participação da UNICAMP, da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e da Prefeitura Municipal. A UNICAMP fornece médicos e docentes e parte dos equipamentos a Secretaria da Saúde fornece parte da verba e a Prefeitura Municipal administra e complementa as necessidades desse sistema.

No ano de 1980, o município de Paulínia possuía uma taxa de natalidade de 24,62%, abaixo da taxa de natalidade do município de Campinas, que era de 30,10%. Paulínia, nesse mesmo ano, possuía uma taxa de natimortalidade de 12,63%, e Campinas de 12,78%. A taxa de mortalidade do município era de 5,44% e a de Campinas era

de 6,60%. A taxa de mortalidade infantil teve o seguinte comportamento nos 5 primeiros anos da década de 80; 38,93% em 1980; 41,46% em 1981; 60,87% em 1982; 30,36% em 1983 e 17,75% em 1984, 20,73% em 1985, 25,37 em 1987, enquanto que as taxas apresentadas pelo município de Campinas e pelo total do Estado de São Paulo, foram: 35,64% em 1980; 29,37% em 1981; 32,75% em 1982; 24,35 em 1983 e em 1984, para o município de Campinas; e 51,21% em 1980, 49,27% em 1981, 47,93% em 1982, 42,28% em 1983 e 44,92% em 1984, para o Estado de São Paulo (5).

Podemos verificar, portanto, que o nível de mortalidade infantil no município de Paulínia aproximadamente se equipara à do município de Campinas, e é menor que a média do Estado de São Paulo.

Procedemos a seguir, a uma breve síntese dos principais indicadores sociais do município de Paulínia descritos ao longo desse item.

Paulínia apresentou, na década de 70, um crescimento de 123% no número de moradias. A participação de domicílios do tipo durável passou de 94,0% em 1970 para 99,5% do total de domicílios em 1980, e o número de domicílios do tipo rústico decresceu de 5,9% para 0,2% do total de domicílios no mesmo período.

A participação dos domicílios próprios cresceu 35,3% para 48,1% do total de domicílios, e o número de domicílios alugados decresceu de 34,1% em 1970 para 33,0% do total de domicílios, em 1980. A maior parte dos aluguéis de Paulínia, em 1980, está concentrada na faixa de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (37,6%).

(5) As estatísticas referentes à mortalidade infantil, natalidade e natimortalidade foram colhidas do Anuário Estatística Fundação SEADE - Vários anos.

A porcentagem dos domicílios atendidos por rede geral de água subiu de 44,9% em 1970 para 75,9%, em 1980. Em relação à rede geral de esgotos, essa participação passou de 17,9% em 1970, para 56,0% em 1980.

Do total das pessoas residentes em Paulínia no ano de 1980, 46,4% possuem um rendimento médio mensal de até 5 salários mínimos, 6,5% possuem um rendimento médio mensal de 5 a 10 salários mínimos e 2,8% possuem um rendimento médio mensal acima de 10 salários mínimos.

Em relação à educação, em 1970, 25,7% da população de Paulínia com idade acima de 5 anos de idade não sabia ler e escrever, esse índice decresce para 20,4% em 1980. Nessa área, as décadas de 70 e 80 representaram a estruturação das entidades municipais de ensino, com a criação de diversas escolas, EMEIs, creches e o Projeto Sol.

Em relação ao sistema de saúde, a década de 80 representa um grande avanço, com a inauguração do Hospital Municipal, de três Postos de Saúde, do CETREIM, da ampliação do Centro de Saúde e do Centro Odontológico, sistema esse voltado ao atendimento da população carente.

Procuramos até o presente momento, apresentar como se deu o processo de urbanização e industrialização do município de Paulínia, dividido setorialmente e fragmentada nos diversos aspectos que compõem a economia e a sociedade do município de Paulínia. Buscamos, na medida do possível, mostrar a origem dos processos e as direções por eles tomadas.

O objetivo a ser seguido no último capítulo desse trabalho, é analisar o movimento geral a que todos esses processos se subordinaram, verificando seus principais agentes determinantes. No entanto, as conclusões efetuadas nesse último capítulo, em grande parte se apóiam no material descrito até o momento.

CAPÍTULO III

A "PERSONALIDADE" DO MUNICÍPIO

Nesta etapa final estabeleceremos algumas conclusões a respeito do município de Paulínia, e também à respeito de sua inserção no panorama regional.

Para isso, vamos recordar alguns aspectos, que facilitarão o entendimento das conclusões elaboradas em seguida.

Paulínia é um município jovem, emancipado em 1964, que desde o final da década de 60 vem transformando sua base econômica tradicionalmente agrícola, em favor de um forte processo industrializante.

O processo de modernização da base econômica do município é específico: um forte ritmo de industrialização em um curto período de tempo, concentrado em alguns ramos, onde predomina o químico e é marcante a presença da grande empresa moderna.

Com a instalação inicial da RHC DIA S/A, e, posteriormente, da REPLAN, se configura no município um importante polo petroquímico, cujos produtos são comercializados em âmbito nacional e internacional.

Em decorrência da forte industrialização, e no sentido de acompanhar esse processo, se desenvolveram no município os setores de comércio e serviços.

O poder público também teve que se aparelhar, reestruturando os sistemas educacional, de saúde, de saneamento básico, etc; para dar um suporte urbano e acolher a grande quantidade de

migrantes que chegaram para preencher a expansão da oferta de mão-de-obra das indústrias do município.

Simultaneamente ao fortalecimento de sua economia, começaram a ganhar importância o fluxo de pessoas e mercadorias entre Paulínia e as demais cidades da região, originando-se um complexo sistema de relações inter-municipais entre Paulínia e as cidades vizinhas.

A Estrutura Urbana do Município

Procedemos a seguir a uma breve descrição da estrutura urbana de Paulínia, regulada atualmente pela lei de zoneamento nº 1.035, de 05 de dezembro de 1986.

O município de Paulínia apresenta uma linha divisória importante, a SP-332, que liga Campinas à Paulínia.

Ao lado direito dessa rodovia, que corresponde à toda parte leste do município, encontra-se o espaço municipal destinado às grandes indústrias. Nessa região do município encontramos a RHODIA S/A, a REPLAN e a maioria das grandes indústrias, não se encontrando nela áreas residenciais. Nesta região encontramos também as zonas de Expansão Industrial, que futuramente tenderão a substituir as atividades rurais atualmente existentes, que se estendem principalmente na porção nordeste do município.

No lado esquerdo da rodovia SP-332, encontramos a totalidade da área residencial do município, e parte da área industrial.

Margeando o lado esquerdo dessa rodovia entre esta e a parte residencial do município, estão as áreas destinadas as indústrias totalmente não poluentes.

Mais ao Norte, e ainda no lado esquerdo da citada rodovia, se abrem novamente grandes espaços territoriais destinados à expansão das grandes indústrias.

As áreas residenciais ou de expansão residencial, e de comércio urbano situavam-se na parte Sul do município, na sua região Oeste e parte de sua região Noroeste.

A região do município mais intensamente urbanizada é a sua região Central, onde se situa o seu bairro mais antigo, o bairro Santa Cecília, a partir da qual o município se espalhou, entretanto, de forma não contínua.

O município é cortado por vales de rio Atibaia e por regiões alagadiças. Dessa forma, em alguns casos pode ser impossível se deslocar de um bairro a outro em linha reta, sendo necessário o deslocamento primeiramente até o centro da cidade, para depois se chegar até o outro bairro.

A principal tendência de crescimento residencial do município se encontra na região sul, em direção à Campinas e à esquerda da rodovia SP-332, onde, atualmente, os bairros limítrofes são a Vila Monte Alegre, Vila Bressani, Jardim Nossa Senhora Aparecida e o Bairro Santa Terezinha.

Existe outra tendência de expansão residencial do município, embora mais lenta, na sua parte Noroeste, no lado esquerdo do bairro João Aranha.

Destacado da zona residencial, na sua porção Oeste, encontramos um empreendimento imobiliário fracassado. Trata-se de um loteamento de chácaras lançado no início da década de 50, que visava explorar o atrativo turístico representado pela represa formada pelo rio Atibaia. Atualmente, com a represa poluída, o loteamento continua praticamente despovoado, sem nenhuma melhoria, e com lotes de reduzido valor comercial.

Aparentemente a rodovia Paulínia - Campinas ainda não funciona como direcionadora da expansão residencial do município, porém, na parte mais próxima ao seu entorno encontram-se os terrenos e bairros mais valorizados.

Os conjuntos habitacionais foram construídos partindo do centro em direção à parte sudoeste, se distanciando, portanto, da citada rodovia. Os projetos mutirões estão sendo realizados acima do rio Atibaia, na parte noroeste do município, também distante da citada rodovia.

Pode-se observar em relação à localização dos conjuntos, que trata-se de uma área próxima ao centro, com o que evitou-se maior sobrecarga no que se refere aos custos de implantação de infra-estrutura.

Contudo, observa-se que as distâncias para os conjuntos habitacionais mais recentes são crescentes, ameaçando repetir-se em Paulínia os mesmos problemas de custos crescentes de urbanização observados em outras cidades, como Campinas.

Ainda em relação à área dos conjuntos habitacionais, a sua localização foi determinada, por um lado, pela topografia do município e presença das indústrias, que limitam as áreas passíveis de expansão residencial.

O desenvolvimento de uma área nobre, contígua à rodovia, praticamente definiu a área para habitações populares na zona sudoeste do município.

Margeando o lado esquerdo da rodovia SP-332 encontram-se os bairros Jardim Fortaleza, Jardim dos Calegaris, Jardim Vis-Alegre, Jardim de Itapoan, Nova Paulínia; que são justamente os bairros com moradores de maior renda.

Dessa forma, em uma pequena porção leste, da área residencial, próxima à rodovia SP-332, encontramos os bairros mais ricos. Nas demais regiões, com exceção da Zona Central, encontra-

mos os conjuntos habitacionais e as residências populares.

Mais ao Sul, ao lado esquerdo da rodovia SP-332, encontramos dois loteamentos de chácaras, onde, surpreendentemente, existe uma mistura de famílias de diversos níveis de renda. Entretanto, podemos notar um gradual desaparecimento das famílias de menor renda, sendo substituídas por moradias de nível mais alto.

A área comercial do município se situa no entorno da Avenida José Paulino, na sua parte mais Central; sendo prevista uma zona de Expansão Comercial no entorno da Rodovia José Lozano Araújo, mais ao Sul do município.

A Atuação do Poder Público

Passamos agora a analisar os condicionantes da atuação do poder público. Para isso, vamos recuperar rapidamente as principais transformações ocorridas no município nos últimos anos.

Paulínia possui uma característica fundamental, que a diferencia da maioria dos demais municípios do Estado de São Paulo: um grande crescimento populacional e industrial em apenas uma década.

Sem muito vigor científico, podemos fazer uma breve analogia. O município sofreu profundas transformações, tal como se tivesse presenciado uma "onda de inovações Schumpeterianas".

Em apenas uma década, Paulínia abandonou sua vocação agrícola, alcançou os primeiros índices do Estado de São Paulo de crescimento do comércio e serviços, seu VTI ultrapassou o de Campinas; presenciou a implantação de grande número de indústrias

químicas, com alta relação capital/trabalho; e grande número de indústrias grandes, de vários setores, se instalaram em seu território.

Essa profunda transformação em um espaço tão curto de tempo é de significativa importância na formação de uma nova "personalidade" do município e na determinação da forma de atuação do poder público.

As transformações profundas e concentradas no tempo foram fatores que motivaram a formação de determinadas características no município, e restringiram outras; características essas que passamos a analisar.

Formou-se uma grande camada operária, que passou a habitar principalmente os conjuntos habitacionais construídos a partir do início da década de 70.

O crescimento das classes médias e alta não acompanhou o ritmo de crescimento da classe operária; isso, devido às próprias exigências de mão-de-obra da indústria do município; além das pessoas de maior renda preferirem residir em Campinas.

Em relação à indústria, as que se implantaram no município são, na verdade, capitais externos ao município.

Seu universo de interesses está mais voltado às questões nacionais e internacionais, onde se dá a sua reprodução, do que às questões locais.

Dessa forma, a economia do município não seguiu um curso de crescimento natural, pelo contrário, ficou subordinado a fatores externos ao próprio município. Com isso, os poucos capitais locais, ao se desenvolverem segundo o próprio ritmo de acumula-

ção, perderam importância no cenário municipal.

Configura-se assim, de um lado, um grande número de operários, e de outro lado, um poderoso setor industrial cuja órbita de reprodução está voltada mais às questões nacionais e internacionais. A configuração dessa "personalidade" municipal é a síntese do que nos ocupamos até o momento; e a forma de interação dos agentes descritos é o principal determinante da "lógica" da administração pública.

Sociedades diferentes implicam exigências diferentes. Exigências diferentes da sociedade implicam em papéis diferentes do poder público.

Uma sociedade mais rica exige uma demanda mais complexa. Uma sociedade como a de Campinas requer uma cidade arborizada, uma orquestra bancada exclusivamente pelo setor público, teatros públicos, shopping-center; etc. São requerimentos diretamente ligados ao nível de renda da cidade.

Em Paulínia o conflito social é reduzido. Faz-se necessário o atendimento social, como a criação de creches e pré-escolas. Não se discute, por exemplo, a construção de um shopping-center, não devido apenas a fatores quantitativos do mercado consumidor, mas inclusive devido à composição qualitativa do seu mercado.

A função econômica é motivada pelas grandes indústrias, que geram receita para o município e absorvem grande número de trabalhadores; e cujas órbitas de reprodução se encontram a nível nacional e internacional. Dessa forma, a existência dos trabalhadores passa a subordinar a ação da Prefeitura. O atendimento social deixa de ser uma opção para ser uma obrigação do poder público, e tem o objetivo de cada vez mais melhorar o padrão de vida

da classe operária.

Por outro lado, o atendimento das necessidades sociais do município por parte da administração pública é favorecido pela alta receita per capita do município (Cr\$ 20.101,06 em 1980), maior que a de Campinas (Cr\$ 3.894,61 em 1980) e que a da Região de Campinas (Cr\$ 4.340,21 em 1980); fato esse que será retomado mais adiante.

A cidade também possui camadas de classes média e alta. Provas disso é que a cidade possui cinema, hotéis, "Rotary Club", "Lions Club"; porém, a questão não é a existência ou não dessa camada de renda, e sim a sua participação relativa no município... A camada operária é o fato marcante na cidade, e a Prefeitura passa a atuar no atendimento de suas necessidades.

Para demonstrar esse fato, passamos a recapitular parte da síntese elaborada no final do capítulo anterior.

No período 70/80 aumenta a participação dos domicílios do tipo durável, que passam de 94% para 99,5% do total dos domicílios. Aumenta também a participação de domicílios próprios, que passam de 35,38% em 1970 para 48,19% em 1980.

O número de domicílios atendidos por rede geral de água passa de 44,91% em 1970 para 75,91% em 1980.

No mesmo período o número de domicílios atendidos por rede geral de esgoto passa de 17,9% para 56,0%.

Se considerarmos que, no período relevante, o número de domicílios no município aumentou em 123,0%, podemos verificar que o atendimento habitacional e saneamento básico respondeu a um duplo movimento: houve uma melhoria geral desses serviços, com o aumento da proporção dos domicílios atendidos, concomitantemente com

um significativo aumento do número de domicílios a serem atendidos por esses serviços.

A extensa rede de creches e EMEIs. O "Projeto Sol", que já teve início, e tem a preocupação de retirar a criança da rua e integrá-la a diversas atividades educacionais. O Hospital Municipal, o Centro e Postos de Saúde, e o Centro Odontológico, que têm a preocupação de atender à população carente na área da saúde.

Estes são exemplos da forma de atuação do poder público, atuação essa subordinada aos interesses sociais, e decorrente da própria forma de conformação dos diversos agentes econômicos municipais.

A Integração Regional

Passamos agora a analisar a inserção do município de Paulínia na região de Campinas, sua função e as diversas interrelações existentes.

Verificamos, a partir da década de 70, a intensificação da conformação de uma região urbana-econômica que pode ser denominada como "Grande Campinas".

Como participantes dessa região, temos vários municípios, tais como Paulínia, Sumaré, Americana, Valinhos, Cosmópolis e Campinas.

As atividades urbanas e econômicas desses municípios são interdependentes, isto é, cada economia municipal depende do fluxo de pessoas e mercadorias de outros municípios da região para o seu pleno funcionamento.

Dessa forma, cada município assume uma determinada função no cenário regional, e surgem uma série de interesses, coincidentes ou conflitantes, tanto públicos quanto privados.

Um determinado acontecimento em um município pode ser resultado de um conjunto de forças, normalmente de âmbito regional; assim como um determinado acontecimento em um município pode de alguma maneira refletir em outros municípios.

Vamos procurar desenvolver esse raciocínio para casos mais específicos.

Nesse sentido, um aspecto importante é o da poluição dos mananciais de água da região.

Paulínia possui basicamente três mananciais de água; o Ribeirão Anhumas, o rio Atibaia e o rio Jaguari.

O Ribeirão Anhumas recebe grande parte do esgoto de Campinas, e chega em Paulínia sem condições de utilizar sua água para o abastecimento.

No rio Atibaia também é impossível a captação de água potável, pois recebe o esgoto de várias cidades, assim como carga da Rhodia, Shell, Du Pont, etc.

O rio Jaguari é o menos poluído dos mananciais de Paulínia, de onde é coletada a água para o abastecimento do município.

Entretanto, se o crescimento da poluição dos mananciais de água continuar nesse ritmo, no ano 2000 a situação estará crítica.

O abastecimento de água potável poderá estar comprometido, assim como a expansão industrial e agrícola; pois os deter-

gentes dos esgotos corroem as tubulações das indústrias e aumentam os custos industriais, além de dificultar a irrigação da lavoura.

Como um mesmo manancial de água abastece várias cidades da "Grande Campinas", o problema da poluição desses mananciais só poderá ser resolvido se for encarado de forma conjunta por todos os municípios da região.

No que se refere aos aspectos econômicos e urbanos, uma vez pertencente à região de Campinas, um município se torna atrativo para novas indústrias, não devido apenas às vantagens próprias que ele apresenta, mas principalmente por pertencer à uma região rica e promissora.

As empresas não consideram, obviamente apenas as condições apresentadas pelo município, mas às vantagens e potencialidades de toda a região.

Uma vez inserido na região da "Grande Campinas", as fronteiras municipais desaparecem, e as empresas passam a gozar das vantagens apresentadas por todos os municípios da região, como abundância de mão-de-obra, de mercadorias, de serviços, de Centros Universitários, etc.

Podemos destacar uma consequência lógica desse fato.

Uma grande empresa que resolvesse, nas últimas décadas, se instalar na região, provavelmente escolheria um município pequeno como Paulínia ou Sumaré. Isto porque, as suas relações com a Prefeitura local seriam bem mais fáceis, devido à importância que ganharia no cenário municipal; sem, entretanto, perder o direito de desfrutar das vantagens da região, devido ao fluxo constante

e disponibilidade de mão-de-obra, mercadorias e serviços.

Esta talvez seja uma das razões de instalação de grande número de indústrias em Paulínia e outras cidades pequenas da "Grande Campinas".

Entretanto, a existência de intenso fluxo de mão-de-obra entre os municípios implica em altos custos sociais.

A conformação da "Grande Campinas" aumenta a tendência a desequilíbrios entre os municípios. Passa a ser frequente um trabalhador morar em um município e trabalhar em outro.

Este fato implica na manutenção de intensos fluxos de transportes inter-municipais, e na necessidade de um planejamento regional.

Se os desequilíbrios continuarem crescendo, será necessário a elaboração e criação de novas formas de transporte regional, como o ferroviário.

Foi constatado no Capítulo 2 a existência de um grande número de trabalhadores de Paulínia, que residem em outras cidades da região. Foi citado também que, no ano de 1980, a população ocupada na indústria supera a população economicamente ativa, endossando, dessa forma, a constatação do fluxo diário de operários residentes em cidades vizinhas a Paulínia, e que exercem nesse município a sua ocupação produtiva.

A geração de desequilíbrios na região pode ser explicado da seguinte forma:

O trabalhador, indiretamente, através do produto do seu trabalho, gera receita para o município de Paulínia; entretanto, as despesas de sua manutenção social ficam a cargo dos municípios vizinhos; além dos custos de transporte inter-municipal que as em-

presas e os municípios precisam dividir.

Surge com isso, a necessidade da formação de uma "Consciência Regional", e uma maior adequação da função do município de Paulínia dentro da sua região. A alocação da moradia do trabalhador para o seu local de trabalho poderia significar um maior equilíbrio das finanças públicas municipais, a eliminação dos excessivos gastos de transportes inter-municipais, um maior bem-estar para o trabalhador e uma maior harmonia regional.

Logicamente a viabilidade ou não desse processo merece uma análise bem mais apurada e dessa forma procederemos, a seguir, a um breve estudo, esperando que seja o suficiente para uma primeira aproximação.

A Receita Total do município de Paulínia, no ano de 1980 quando possuía uma população de 20.755 habitantes, foi de Cr\$... 417.197.298,00; resultando em uma receita per capita de Cr\$... 20.101,06. A Receita Total do município de Campinas, no ano de 1980, quando possuía uma população de 664.559 habitantes, foi de Cr\$ 2.588.195.971,00, resultando em uma receita per capita de Cr\$ 3.894,61. A Receita Total da Região Administrativa de Campinas, no ano de 1980, quando possuía uma população de 3.228.543 habitantes, foi de Cr\$ 14.012.540.726,00; resultando em uma receita per capita de Cr\$ 4.340,21.

Como se pode notar, devido às características próprias da economia do município de Paulínia, sua renda per capita no ano de 1980 é muito maior que as do município de Campinas e da Região Administrativa de Campinas (em torno de 5 vezes maior); sendo esse fato um indicador do desequilíbrio provocado pelo fluxo inter-municipal de trabalhadores da região, e, pelo menos a princípio,

os desequilíbrios seriam menores se o município de Paulínia absorvesse parte da população que trabalha em seu território e que reside em outras cidades.

Uma vez tendo uma renda per capita em torno de 5 vezes a renda per capita do município de Campinas e da média da região de Campinas, pelo menos a princípio, Paulínia teria melhores condições que os demais municípios da região de absorver uma maior população residente.

O fluxo intermunicipal de pessoas na região da "Grande Campinas" possui também outra implicação.

Permite o surgimento de cidades com fisionomias urbanas próprias, como as cidades-dormitório. Determinadas cidades, como Sumaré, se especializam em abrigar trabalhadores que exercem sua função produtiva em outros municípios.

No caso de Paulínia ainda não é expressivo o número de moradores que trabalham em outros municípios. Entretanto, a maior integração regional, e a sua própria conformação como cidade operária, indicam uma tendência a médio prazo de Paulínia se consolidar como mais uma cidade dormitório da "Grande Campinas".

APÊNDICE ESTATÍSTICO

**TABELA 01: DADOS DEMOGRÁFICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE CAMPINAS E MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
1.960 - 1.970 - 1.980**

		1.960	1.970	1.980
POPULAÇÃO TOTAL	Est. de S. Paulo	12.979.049	17.771.948	25.040.712
	R. Campinas	1.544.668	2.098.543	3.228.543
	Campinas	213.558	375.864	664.559
	Paulínia	5.745	10.708	20.755
POPULAÇÃO URBANA	Est. de S. Paulo	8.151.632	14.276.239	22.196.378
	R. Campinas	923.519	1.532.296	2.696.782
	Campinas	183.618	335.756	591.557
	Paulínia	911	3.673	19.085
TAXA DE URBANIZAÇÃO	Est. de S. Paulo	62,8%	80,3%	88,6%
	R. Campinas	59,8%	73,0%	83,5%
	Campinas	85,98%	89,32%	89,01%
	Paulínia	15,85%	34,30%	91,95%
TAXA GEOMETRICA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL		(60/50)	(70/60)	(80/70)
	Est. de S. Paulo	3,5	3,3	3,5
	R. Campinas	3,6	4,2	5,6
	Campinas	5,1	5,8	5,9
	Paulínia	-2,4	6,4	6,8
MIGRAÇÃO N ^{OS} ABSOLUTOS	Est. de S. Paulo	-	-	-
	R. Campinas	-	-	-
	Campinas	-	197.677	403.250
	Paulínia	-	6.732	14.549
% MIGRANTES NO TOTAL DE POPULAÇÃO	Est. de S. Paulo	-	-	-
	R. Campinas	-	-	-
	Campinas	-	52,59%	60,6%
	Paulínia	-	62,86%	70,0%

Fonte: Censos Demográficos FIBGE.

QUADRO 02: PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPINAS, DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS E DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA NOS TOTAIS REGIONAIS E ESTADUAIS

1.960 - 1.970 - 1.980

		1.960	1.970	1.980
POPULAÇÃO REGIÃO DE CAMPINAS	Est. de S. Paulo	11,90%	11,80%	12,89%
	R. Campinas	-	-	-
	Campinas	-	-	-
POPULAÇÃO DE CAMPINAS	Est. de S. Paulo	1,64%	2,11%	2,65%
	R. Campinas	13,82%	17,91%	20,58%
	Campinas	-	-	-
POPULAÇÃO DE PAULÍNIA	Est. de S. Paulo	0,04%	0,06%	0,08%
	R. Campinas	0,37%	0,51%	0,64%
	Campinas	2,69%	2,84%	3,12%

Fonte: Censos Demográficos - FIBGE.

TABELA 03: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA PEA ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE CAMPINAS E MUNICÍPIO DE PAULÍNIA.
1.970 - 1.980

1.970	TOTAL		PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Estado de S.Paulo	6.372.842	100,0	1.301.830	20,42	2.003.684	31,44	3.067.328	48,13
R. Campinas	764.396	100,0	210.782	27,57	245.658	32,13	307.956	40,28
Campinas	138.175	100,0	8.903	6,44	47.960	34,70	81.312	58,84
Paulínia	4.277	100,0	1.585	37,05	1.767	41,31	925	21,62

1.980	TOTAL		PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Estado de S.Paulo	10.411.726	100,0	1.175.002	11,28	3.998.442	38,40	5.062.567	48,62
R. Campinas	1.340.134	100,0	203.735	15,20	562.781	41,99	573.618	42,80
Campinas	285.595	100,0	7.068	2,47	113.135	39,61	160.443	56,17
Paulínia	8.001	100,0	936	11,69	3.663	45,78	3.303	41,28

Fonte: Censos Demográficos do FIBGE - Anos de 70 e 80.

TABELA 04: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA DA REGIÃO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE PAULÍNIA NOS TOTAIS REGIONAIS E ESTADUAIS - PEA TOTAL, PEA PRIMÁRIA, PEA SECUNDÁRIA, PEA TERCIÁRIA - 1970 - 1980.

	PEA TOTAL		PEA TOTAL		PEA TOTAL		PEA PRIM.		PEA PRIM.		PEA PRIM.		PEA SEC.		PEA SEC.		PEA SEC.		PEA TERC.		PEA TERC.		PEA TERC.	
	ESTADUAL	R. CAMP.	R. CAMP.	CAMPINAS	CAMPINAS	ESTADUAL	R. CAMP.	R. CAMP.	CAMPINAS	CAMPINAS	ESTADUAL	R. CAMP.	R. CAMP.	CAMPINAS	CAMPINAS	ESTADUAL	R. CAMP.	R. CAMP.	CAMPINAS	ESTADUAL	R. CAMP.	R. CAMP.	CAMPINAS	CAMPINAS
	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80
Participação Região de Campinas	11,99	12,87	x	x	x	x	16,19	17,33	x	x	x	x	12,26	14,07	x	x	x	x	10,03	11,33	x	x	x	x
Participação Campinas	2,16	2,74	18,07	21,31	x	x	0,68	0,60	4,22	3,46	x	x	2,39	2,82	19,52	20,10	x	x	2,65	3,16	26,40	27,97	x	x
Participação Paulínia	0,06	0,07	0,55	0,59	3,09	2,80	0,12	0,70	0,75	0,45	17,80	13,24	0,08	0,09	0,71	0,65	3,68	3,23	0,03	0,06	0,30	0,57	1,13	2,05

Fonte: Censos Demográficos FIBGE.

TABELA 05: TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA PEA - 1980/70

	EST.S.PAULO	REG.DE CAMPINAS	CAMPINAS	PAULÍNIA
PEA TOTAL	5,03	5,77	7,53	6,46
PEA SETOR PRIMÁRIO	-1,02	-0,34	-2,28	-5,13
PEA SETOR SECUNDÁRIO	7,15	8,64	8,96	7,56
PEA SETOR TERCIÁRIO	5,13	6,41	7,03	13,57

Fonte: Censos Demográficos FIBGE.

TABELA 06: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 1970/1980

ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

1.970	TOTAL	PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE	VALOR DA	VALOR DA
	PESSOAL OCUPADO	LIGADO À PRODUÇÃO	ESTABELECIMENTOS	PRODUÇÃO	TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
Estado de São Paulo	1.295.810	1.091.278	50.556	65.516.560	31.059.300
Região de Campinas	157.913	135.466	7.819	6.898.456	3.271.956
Campinas	25.698	21.584	839	1.205.267	574.100
Paulínia	1.847	1.382	34	147.155	79.652

1.980	TOTAL	PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE	VALOR DA	VALOR DA
	PESSOAL OCUPADO	LIGADO À PRODUÇÃO	ESTABELECIMENTOS	PRODUÇÃO	TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
Estado de São Paulo	2.287.045	1.942.734	62.426	5.059.027.348	2.105.850.014
Região de Campinas	341.394	293.045	10.033	776.886.374	332.995.543
Campinas	52.247	45.530	1.208	104.122.341	45.965.255
Paulínia	4.419	3.856	62	147.971.116	59.435.025

Fonte: Censos Industriais FIBGE.

TABELA 07: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA REGIÃO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE CAMPINAS E MUNICÍPIO DE PAULÍNIA NOS TOTAIS REGIONAIS E ESTADUAL - PESSOAL OCUPADO, VALOR DA PRODUÇÃO E VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL - 1970/1980.

	P.O. ESTADUAL %		P.O. R. CAMPINAS		P.O. CAMPINAS		VP ESTADUAL %		VP R. CAMPINAS		VP CAMPINAS		VTI ESTADUAL %		VTI R. CAMPINAS		VTI CAMPINAS	
	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80
	Participação R. Campinas	12,18	14,92	x	x	x	x	10,52	15,35	x	x	x	x	10,53	15,81	x	x	x
Participação Campinas	1,98	2,28	16,27	15,30	x	x	1,83	2,05	17,47	13,40	x	x	1,84	2,18	17,54	13,80	x	x
Participação Paulínia	0,14	0,19	1,16	1,29	7,18	8,45	0,22	2,92	2,13	19,04	12,20	142,0	0,25	2,82	2,43	17,84	13,8	129,0

Fonte: Censos Industriais - FIBGE.

TABELA 08: RAMOS INDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

	Número de Estabelecimentos		Pessoal Ocupado		Valor da Transformação Industrial		Valor da Produção	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Extração de Minerais	4	1	19	4	484	4.328	567	4.328
Transf. Pr. Min. Não Met.	8	6	63	221	551	113.442	681	168.245
Metalurgia	3	2	7	19	27	15.650	72	36.029
Mecânica		5		919		1.085.140		1.274.345
Mat. Ele. e de Com.		1		8		1.381		2.574
Mat. de Transporte	1	1	x	189	x	103.497	x	176.780
Papel e Papelão	1	6	x	277	x	358.853	x	986.609
Química	1	16	x	1.596	x	56.009.656	x	139.831.785
Prods. Farm. e Vet.	1	3	x	151	x	999.840	x	1.401.741
Têxtil	7	2	79	25	684	5.438	1.032	6.022
Prods. Alimentícios	7	8	21	438	243	181.497	1.087	1.951.999
Editorial e Gráfica	1	3	x	31	x	6.112	x	7.070
Diversos		1		14		403		1.397
Un. Aux. de Apoio		7		527		549.788		2.122.192

FONTE: Censos Industriais FIBGE.

Obs.: Alguns dados apresentam o sinal "X" devido a informações incompletas do FIBGE.

TABELA 09: PARTICIPAÇÃO DOS RAMOS NO TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
1980

	N.E. %	P.O. %	VP %	VII %
Extração de Min.	1,6	0,09	0,002	0,007
Tr. Prods. M. Não Met.	9,6	5,00	0,110	0,190
Metalurgia	3,2	0,42	0,020	0,020
Mecânica	8,0	20,79	0,860	1,820
Mat. Elet. Comun.	1,6	0,18	0,001	0,002
Mat. de Transporte	1,6	4,27	0,110	0,170
Papel e Papelão	9,6	6,26	0,660	0,600
Química	25,8	36,11	94,490	94,230
Prods. Farm. e vet.	4,8	3,41	0,940	1,680
Têxtil	3,2	0,56	0,004	0,009
Prods. Alimentares	12,9	9,91	1,310	0,300
Ed. e Gráfica	4,8	0,70	0,004	0,010
Diversos	1,6	0,31	-	-
Un. Aux. de Apoio	11,2	11,92	1,430	0,920
TOTAL	100,0	100,0	100,000	100,000

Fonte: Censos Industriais IBGE.

TABELA 10: VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL - MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, MUNICÍPIO DE CAMPINAS
E ESTADO DE SÃO PAULO

VALOR DA PRODUÇÃO	MUNICÍPIO DE PAULÍNIA		MUNICÍPIO DE CAMPINAS		ESTADO DE SÃO PAULO	
	70	80	70	80	70	80
ANIMAL	4.268	47.922	19.661	757.252	1.663.681	102.324.720
VEGETAL	6.385	200.513	28.033	692.223	3.538.225	191.336.373
TOTAL	10.653	248.435	47.693	1.449.476	5.201.907	293.661.093

Fonte: Censo Agropecuários - IBGE.

TABELA 11: PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA E DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS NO TOTAL ESTADUAL.

	ESTADO DE SÃO PAULO		MUNICÍPIO DE CAMPINAS	
	70	80	70	80
PAULÍNIA				
Animal	0,25%	0,04%	21,7%	6,3%
Vegetal	0,18%	0,10%	22,7%	28,9%
TOTAL	0,20%	0,08%	22,3%	17,1%
CAMPINAS				
Animal	1,18%	0,74%	--	--
Vegetal	0,79%	0,36%	--	--
TOTAL	0,91%	0,49%	--	--

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE.

TABELA 12: DADOS DA PECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

A N O	BOVINOS		OVINOS		SUINOS	
	70	80	70	80	70	80
Nº de Animais	1.709	1.349	6	77	1.480	1.133
Variação 80/70	0,78		12,83		0,76	

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE.

TABELA 13: QUANTIDADE, ÁREA PLANTADA E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DA REGIÃO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE CAMPINAS E MUNICÍPIO DE PAULÍNIA.

1.970	PAULÍNIA			CAMPINAS			REGIÃO DE CAMPINAS			EST. DE S. PAULO		
	Quant.	A(HA)	V.P.	Quant.	A(HA)	V.P.	Quant.	A(HA)	V.P.	Quant.	A(HA)	V.P.
Algodão em caroço	4.349	2.384	4.763	1.301	826	1.244	28.378	21.166	26.348	610.222	531.099	452.641
Amendoim	44	27	25	59	47	39	295	205	179	415.528	322.548	196.720
Arroz em Casca	69	68	30	266	319	121	4.500	5.543	1.948	413.778	447.728	162.464
Batata	-	-	-	479	46	142	5.626	675	1.689	281.474	27.293	88.255
Cana-de-açúcar	47.890	1.025	853	36.778	910	551	3.385.777	64.791	67.807	30.340.214	580.478	608.291
Feijão	8	17	8	129	230	119	813	1.841	689	65.668	130.179	49.335
Café em Côco	22	33	20	1.305	1.309	1.354	3.753	3.403	3.994	466.757	650.877	498.412
Laranja	30.236	337	611	49.873	567	1.165	2.271.638	27.477	36.655	8.520.395	112.058	164.434
Mandioca	1.730	162	236	2.058	178	419	31.743	2.489	2.626	453.380	35.693	28.316
Milho	907	454	209	4.507	2.165	1.038	43.923	20.282	7.855	2.124.791	1262.089	376.258
Tomate	3.956	-	1.135	15.670	-	4.444	67.516	-	21.352	393.215	-	109.310
Limão	1.227	-	23	11.237	-	405	36.883	-	1.008	506.616	-	9.007
Cebola	9	-	2	100	-	38	115	-	41	67.351	-	15.307
Uva	14	5	7	900	181	617	8.284	1.893	6.029	65.772	11.352	45.626

Fonte: Censo Agropecuário de 1.970 - IBGE.

TABELA 14: QUANTIDADE, ÁREA PLANTADA E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DA REGIÃO DE CAMPINAS, MUNICÍPIO DE CAMPINAS E MUNICÍPIO DE PAULÍNIA.

1.980	PAULÍNIA			CAMPINAS			REGIÃO DE CAMPINAS			EST. DE SÃO PAULO		
	Quant.	A.(HA)	V. P.	Quant.	A.(HA)	V.P.	Quant.	A.(HA)	V.P.	Quant.	A.(HA)	V.P.
Algodão-em Caroço	862	367	28.432	2.495	1.369	94.793	33.963	16.754	846.710	433.388	236.687	9.269.032
Amendoim	3	1	32	16	8	147	67	41	613	257.292	149.423	2.725.698
Arroz em casca	143	68	1.551	166	136	2.151	5.674	4.343	68.724	327.972	259.633	3.759.459
Batata	-	-	-	294	33	5.690	10.333	581	213.893	284.692	17.169	5.301.054
Cana-de-açúcar	132.942	2.190	91.797	4.402	194	3.241	5.255.971	69.601	3.657.505	72.257.080	1.073.120	50.386.977
Feijão	30	75	1.941	188	299	9.250	1.892	2.656	94.576	193.225	306.219	9.926.664
Café em côco	24	24	1.232	2.654	2.125	113.159	6.083	5.218	264.270	793.870	821.046	36.172.061
Laranja	10.135	182	5.901	10.158	99	6.062	3.619.995	41.634	1.547.465	32.223.243	347.771	14.609.726
Mandioca	2.990	296	11.845	1.733	206	8.184	13.559	1.114	52.135	242.210	17.971	822.637
Milho	511	250	3.767	4.607	1.901	31.791	38.572	13.982	226.360	2.218.031	1.006.103	13.255.544
Tomate	707	20	7.105	6.688	177	77.751	88.344	2.338	854.846	681.572	24.996	4.586.760
Limão	1.844	13	1.524	4.854	67	6.265	91.257	775	58.936	1.341.733	10.204	734.671
Uva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário de 1.980 - IBGE.

TABELA 15: VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA NO PERÍODO 70-80.

	Varição 80/70, na Q. Prod.	Varição 80/70 na Área plant.
Algodão em caroço	0,19	0,15
Amendoim	0,06	0,03
Arroz em casca	2,07	1,00
Batata	-	-
Cana-de-açúcar	2,77	2,13
Feijão	3,75	4,41
Café em côco	1,09	0,72
Laranja	0,33	0,54
Mandioca	1,72	1,82
Milho	0,56	0,55
Tomate	0,17	-
Limão	1,50	-
Uva	-	-

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE.

TABELA 16: DADOS GERAIS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PAULÍNIA E CAMPINAS NOS ANOS DE 1970, 1975 E 1980.

TIPO	ANO		
	1.970	1.975	1.980
Nº de estabelecimentos comerciais de Paulínia	46	102	110
Nº de estabelecimentos comerciais de Campinas	2.433	2.947	3.964
Pessoal ocupado no comércio em Paulínia	99	964	759
Pessoal ocupado no comércio em Campinas	13.161	19.219	27.517
Nº de estabelecimentos de serviços em Paulínia	30	57	106
Nº de estabelecimentos de serviços em Campinas	1.715	2.301	4.035
Pessoal ocupado nos serviços em Paulínia	50	179	782
Pessoal ocupado nos serviços em Campinas	5.282	10.633	21.160
Nº de funcionários por estabelecimentos comerciais de Paulínia	2,15	9,45	6,90
Nº de funcionários por estabelecimentos de serviços de Paulínia	1,60	3,14	7,37

Fonte: Censos de Comércio e Serviços do FIBGE - anos de 1.970 - 1.975 - 1.980.

TABELA 17: DADOS GERAIS SOBRE A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAMPINAS E PAULÍNIA

(2)

TIPO	PERÍODO	70/75	75/80	70/80
Crescimento nº estabelecimento comerciais de Paulínia		121	70	139
Crescimento nº estabelecimento comerciais de Campinas		21	34	62
Crescimento do Pessoal ocupado no comércio de Paulínia		873	-21	666
Crescimento do Pessoal ocupado no comércio de Campinas		46	43	109
Crescimento do nº de estabelecimentos de serviços de Paulínia		90	86	253
Crescimento do nº de estabelecimentos de serviços de Campinas		34	75	135
Crescimento do pessoal ocupado nos serviços de Paulínia		258	336	1.464
Crescimento do pessoal ocupado nos serviços de Campinas		101	99	300

Fonte: Censos Comerciais e de Serviços do FIBGE Anos 1970 - 1975 - 1980.

**TABELA 18: DADOS GERAIS DE HABITAÇÃO EM PAULÍNIA E CAMPINAS
1966-1970-1980**

	Ano	1966	1970	1980
Tipo				
Nº de Domicílios de Paulínia		1.000	2.001	4.477
Nº de Domicílios de Campinas		53.188	76.245	154.223
Nº de Domicílios Duráveis de Paulínia		-	1.882	4.455
Nº de Domicílios Duráveis de Campinas		-	70.463	150.087
Nº de Domicílios Rústicos de Paulínia		-	119	12
Nº de Domicílios Rústicos de Campinas		-	5.778	3.538
Nº de Domicílios Próprios de Paulínia		-	708	2.153
Nº de Domicílios Próprios de Campinas		-	43.254	89.311
Nº de Domicílios Alugados de Paulínia		-	683	1.476
Nº de Domicílios Alugados de Campinas		-	24.105	47.083
Nº de outras formas de moradia de Paulínia		-	610	838
Nº de outras formas de moradia de Campinas		-	8.882	17.391
Participação domicílios duráveis no total de domicílios de Paulínia %		-	94,0	99,5
Participação domicílios duráveis no total de domicílios de Campinas %		-	92,4	97,3
Participação domicílios rústicos no total de domicílios de Paulínia %		-	5,9	0,2
Participação domicílios rústicos no total de domicílios de Campinas %		-	7,5	2,2
Participação domicílios próprios no total de domicílios de Paulínia %		-	35,3	48,1
Participação domicílios próprios no total de domicílios de Campinas %		-	56,7	58,0
Participação domicílios alugados no total de domicílios de Paulínia %		-	34,1	33,0
Participação domicílios alugados no total de domicílios de Campinas %		-	31,6	30,6
Participação de outras formas de moradia no total de domicílios de Paulínia		-	30,4	18,7
Participação de Outras formas de moradia no total de domicílios de Campinas		-	11,6	11,3

FONTES: Anuário Estatístico - 1966.

Censos Demográficos FIBGE. Anos de 1970 e 1980.

**TABELA 19: NÚMERO DE CÔMODOS EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS DE PAULÍNIA E CAMPINAS
NOS ANOS DE 1970 e 1980, E RELAÇÃO CÔMODOS/RESIDÊNCIA**

Ano		Paulínia	Campinas
1970	Número de Cômodos	21.792	824.340
	Cômodo/Residência	4,87	5,36
<hr/>			
1980	Número de Cômodos	9.510	396.448
	Cômodos/Residência	4,75	5,20

FONTE: Censos Demográficos do IBGE. Anos de 1970 e 1980.

TABELA 20: DISTRIBUIÇÃO DOS ALUGUÉIS DOS MUNICÍPIOS DE PAULÍNIA E CAMPINAS POR
FAIXA DE ALUGUEL. Ano de 1980

Faixa de Aluguel (salário mínimo)	Paulínia		Campinas	
	Número	%	Número	%
Total	1.476	100,00	47.083	100,00
Até 1/2	556	37,67	11.956	25,40
1/2 a 1	471	31,91	14.053	29,84
1 a 3	435	29,40	18.370	39,00
+ 3	4	0,27	2.603	5,52
s/ declaração	10	0,67	101	0,21

FONTE: Censo Demográfico do IBGE. Ano de 1980.

TABELA 21: PARTICIPAÇÃO DOS DOMICÍLIOS PRÓPRIOS E ALUGADOS DE PAULÍNIA E CAMPINAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS. Ano de 1980

	Paulínia		Campinas	
	Número	%	Número	%
Número de domicílios próprios	2.153	48,0	89.311	58,0
Número de domicílios alugados	1.476	33,0	47.083	31,0

FONTE:

TABELA 22: DADOS SOBRE CONJUNTOS HABITACIONAIS DE PAULÍNIA

Nome do Conjunto Habitacional	Faixa de Renda	Unidades	Ano de Entrega
José Paulino	3 a 5	246	1972
Presidente Médici	3 a 5	198	1976
Nosso Teto	2 a 3	301	1980
J. Primavera	5 a 7	455	1981
J. Monte Alegre I	3 a 5	502	1981
J. Monte Alegre II	3 a 5	233	1987
Mutirão I	1 a 3	72	1987

FONTE: Prefeitura Municipal de Paulínia.

**TABELA 23: DADOS GERAIS DO SANEAMENTO BÁSICO DE CAMPINAS E PAULÍNIA
ANOS DE 1970 - 1980.**

TIPOS	ANOS	
	1. 970	1. 980
Nº de domicílios atendidos por rede geral de água em Paulínia	898	3.392
Nº de domicílios atendidos por rede geral de água em Campinas	62.754	134.708
Nº de domicílios atendidos por outras formas de ab.de água em Paulínia	935	1.075
Nº de domicílios atendidos por outras formas de ab.de água em Campinas	9.093	19.000
Nº de domicílios atendidos por rede geral de esgoto em Paulínia	358	2.498
Nº de domicílios atendidos por rede geral de esgoto de Campinas	50.145	108.499
Nº de domicílios atendidos por outras formas de escoamento de esgoto em Paulínia	1.195	1.786
Nº de domicílios atendidos por outras formas de escoamento de esgoto em Campinas	22. 911	41.059

TIPOS	ANOS		(%)
	1.970	1.980	
Participação dos domicílios atendidos por rede geral de água em Paulínia	44,9	75,9	
Participação dos domicílios atendidos por rede geral de água em Campinas	82,31	87,6	
Participação dos domicílios atendidos por outras formas de ab.de água em Paulínia	46,7	24,0	
Participação dos domicílios atendidos por outras formas de ab.de água em Campinas	11,9	12,4	
Participação dos domicílios atendidos por rede geral de esgoto em Paulínia	17,9	56,0	
Participação dos domicílios atendidos por rede geral de esgoto em Campinas	65,7	71,0	
Participação dos domicílios atendidos por outras formas de escoamento de esgoto em Paulínia	59,7	40,0	
Participação dos domicílios atendidos por outras formas de escoamento de esgoto em Campinas	30,0	26,7	

Fonte: Censos Demográficos do FIBGE - Anos de 1970 e 1980.

TABELA 24: EXTENSÃO E CRESCIMENTO DA REDE DISTRIBUIDORA E ADUTORA; E REDE COLETORA E EMINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA.

Período 1978 - 1985

Rede	Anos	1978	1985	Crescimento no Período 1978/1985
Extensão da rede Distribuidora e Adutora		67.359	99.474	48,0 %
Extensão da Rede Coletora e Emissários		33.572	43.003	57,9 %

FORTE: SABESP do Município de Paulínia.

TABELA 25: DADOS GERAIS - SANEAMENTO BÁSICO DE PAULÍNIA
ANO DE 1987

Extensão da rede adutora (diâmetro de 300 ml e 350 ml) (m)	19.582
Extensão da rede distribuidora (a variável entre 50 ml a 250 ml) (m)	91.760
Extensão da rede coletora de esgotos (m)	62.257
Extensão dos emissários (m)	3.007
Nº de reservatórios de água semi-enterrados	3
Nº de reservatórios de água elevados	3
Nº de estações de tratamento	1
Capacidade de Captação (l/s)	150
Capacidade de Tratamento (l/s)	120
Capacidade Total de Armazenagem (m ³)	3.150

FONTE: SABESP

Prefeitura Municipal de Paulínia

TABELA 26: TEMPOS DE RESIDÊNCIA DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Anos	1970		1980	
	Número	%	Número	%
- 1 ano	1.731	16,6	2.655	12,8
1 ano	796	7,4	1.095	5,2
2 anos	661	6,1	1.150	5,5
3 anos	550	5,1	993	4,7
4 a 5 anos	512	4,8	1.845	8,9
6 a 9 anos			2.696	13,0
10 anos a mais ou natural			10.356	49,9
6 a 10 anos	1.114	10,4		
11 anos e mais ou natural	5.344	49,6		

FONTE: Censos Demográficos do IBGE. Anos de 1970 e 1980.

TABELA 27: ORIGEM DA POPULAÇÃO IMIGRANTE DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA.
ANOS DE 1970 e 1980

Estados	Anos	1970		1980	
		Número	%	Número	%
Outro município do E. SP		5.535	82,2	7.136	68,3
Minas Gerais		806	12,0	1.350	13,0
Paraná				1.034	9,9
Outros estados		391	5,8	925	8,8

FONTE: Censos Demográficos do FIBGE. Anos de 1970 e 1980.

TABELA 28: RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS RESIDENTES EM PAULÍNIA, CAMPINAS E NO ESTADO DE SÃO PAULO. ANO DE 1980

Salário Mínimo	Paulínia		Campinas		Estado de São Paulo	
	Número	%	Número	%	Número	%
Até 5	7.060	46,4	255.045	49,15	9.643.165	49,8
5 a 10	1.000	6,5	37.873	7,3	1.216.976	6,2
+ 10	436	2,8	27.165	5,23	741.989	3,8

FONTE: Censo Demográfico do FIBGE. Ano de 1980.

TABELA 29: DADOS GERAIS DA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
ANO DE 1987

Entidade	Número de Estabelecimentos	Número de Alunos
Escola Estadual de 1º Grau	07	6.840
Escola Estadual de 2º Grau	03	
E MEIs	12	2.105
Escola Municipal de Ensino Supletivo de 1º e 2º Graus	01	591
Escola Municipal Rural de 1ª a 4ª sê ries do 1º Grau	01	65
Creches	09	---
Projeto Educar (classes)	12	200

FONTE: Prefeitura Municipal de Paulínia.

TABELA 30: PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS, COM INDICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ALFABETIZADOS; DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, CAMPINAS E ESTADO DE SÃO PAULO.
Anos de 1970 e 1980

		1970		1980	
		Número	%	Número	%
Paulínia	Total	9.295		17.835	
	Alfabetizados	6.906	74,29	14.184	79,52
Campinas	Total	333.049		585.909	
	Alfabetizados	276.516	83,02	497.158	84,85
Est. São Paulo	Total	15.597.588		21.993.812	
	Alfabetizados	12.093.640	77,53	18.034.452	81,99

FONTE: Censos Demográficos do IBGE. Anos de 1970 e 1980.

TABELA 31: PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS COM NÍVEL ELEMENTAR COMPLETO E NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, CAMPINAS E ESTADO DE SÃO PAULO. Anos de 1970 e 1980

		1970		1980	
		Número	%	Número	%
Paulínia	Nível elementar completo	2.588	27,84	6.467	36,26
	Nível superior completo	51	0,54	221	1,30
Campinas	Nível elementar completo	125.334	39,49	208.751	35,62
	Nível superior completo	7.239	2,2	24.914	4,55
Est. São Paulo	Nível elementar completo	5.026.059	32,22	7.518.907	34,18
	Nível superior completo	176.098	1,13	646.297	3,03

FONTE: Censos Demográficos do IBGE. Anos de 1970 e 1980.

Bibliografia Utilizada

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. C Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Trata do desenvolvimento das economias colonial e industrial brasileiras, sendo esta última, vista sob a ótica da formação de um capitalismo "tardio".

CANC, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977.

Trata da gestação do capitalismo industrial brasileiro, a partir do complexo cafeeiro, e seu desenvolvimento posterior.

CANC, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo, Global/Ed. UNICAMP, 1985.

Analisa a dinâmica da indústria, da agricultura e da mão-de-obra sob a ótica regional.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais. In: L.G. Belluzzo e R. Coutinho (organizadores). C desenvolvimento capitalista e a crise. Vol.1. 1982.

Analisa a dinâmica cíclica da economia brasileira, particularmente no período posterior à 2ª Guerra Mundial.

NEGRI, Barjas; TARTAGLIA, José Carlos; CANC, Wilson (consultores). SEADE: Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista nos anos 1970/1987.

Trata do desenvolvimento industrial e agrícola no Estado de São Paulo, priorizando nesse estudo o interior paulista.

NEGRI, Barjas; CANC, Wilson. A interiorização da Indústria Paulista nos anos 70. Mimeo, 1987.

Analisa as alterações e o desenvolvimento da estrutura industrial do interior paulista, procurando fazer um paralelo dessa indústria com a da metrópole paulista e a brasileira.

GONÇALVES, Maria Flora; SEMEGHINI, Ulysses. Campinas: segunda metrópole paulista? Campinas, 1987 (mimeo).

Analisa a gestação da indústria na região de Campinas, apontando no final os principais problemas atuais dessa região e discutindo o processo de metropolização em curso na área.

SEMEGHINI, Ulisses Cidade; PACHECCO, Carlos Américo. Estudos de casa da Urbanização: Campinas e Araraquara. Convênio FECAMP/SEPLAN. Outubro/86.

Analisa o desenvolvimento urbano em geral das cidades de Campinas e Araraquara, focalizando principalmente o período de 1920/1980.

NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson. Relatório final nº 1 da pesquisa: A Interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980). 1987. Análise profunda do desenvolvimento agrícola, urbano e industrial do interior paulista, no período 1920 a 1980, procurando fornecer instrumentos para o planejamento urbano e discussão dos principais problemas derivados da intensa urbanização do interior paulista.

CANO, Wilson. Relatório final nº2 da pesquisa: A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. (1920-1980). 1987.

Tendo por instrumental o relatório final nº 1 da mesma pesquisa, aponta suas principais conclusões, assim como propostas para a solução dos principais problemas urbanos.

SEMEGHINI, Ulysses C. Campinas, 1860 a 1980: agricultura, industrialização. Tese de Mestrado, IE/UNICAMP, 1988.

O movimento e o desenvolvimento urbano, agrícola e industrial de Campinas e a evolução de seu papel regional e na rede de cidades do Estado de São Paulo.

Censos Demográficos, Industriais, Agrícolas e de Comércio e Serviços do IBGE - vários anos.

* Dados sobre a REPLAN e a RHCDA S/A - Fornecido pelas próprias empresas.